



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

ATA N.º 01/X-4º/2012-13

1 - Aos dezoito dias do mês de dezembro de dois mil e doze, pelas 21H15, nas instalações da Escola Básica do 1º Ciclo Nº 1 do Laranjeiro, sita na rua Francisco Sousa Tavares, no Laranjeiro, realizou-se a Primeira Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Almada referente ao mês de dezembro, com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

2 - Período de Antes da Ordem do Dia

3 - Período da Ordem do Dia

3.1 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Aplicação da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, às estruturas orgânicas do Município”.

3.2 - Apreciação e tomada de posição, ao abrigo da alínea o), nº 1, artº 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, sobre a proposta de alteração das Freguesias do Concelho de Almada contida no Projeto de Lei nº 320/XII/2º iniciativa do PPD/PSD e CDS-PP na Assembleia da República.

3.3 - Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre:

3.3.1 - “Opções do Plano e Orçamento do Município para 2013” e “Mapa de Pessoal do Município para o ano de 2013”;

3.3.2 - “Opções do Plano e Orçamento dos SMAS para 2013” e “Mapa de Pessoal dos SMAS para o ano de 2013”.

3.4 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal

2 - Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente Sr. José Manuel Maia Nunes de Almeida e pelas Secretárias Srªs. Elisabete Peres Pereira e Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre.

3 - Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

3.1 - Responderam à chamada os seguintes Srs. Deputados Municipais:

José Manuel Maia Nunes de Almeida; Carlos Manuel Coelho Revés; Sérgio Neves Correia Taipas; Paula Cristina Loureiro Coelho; João Eduardo Alves de Moura Geraldes; Hélder de Jesus Dias Viegas; Elisabete Peres Pereira; António Frederico de Meneses Ferrinho; José Augusto Tavares Oliveira; Miguel António Alves Duarte; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Vitor Manuel dos Santos Castanheira; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; Ana Marques Serra e Moura Salvado; Armando de Jesus Barata; Luís Miguel Ferreira Varela Pais; António Francisco Salgueiro; Luís Filipe da Cruz Pereira; Henrique Mesquita Pires; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Fernando Jorge Sousa de Pena; Fernando Albino D'Andrade Mendes; Carlos Augusto Aurélio Alves Leal; Teresa Paula de Sousa Coelho; Fernando Jorge Amoreira Fernandes; Ricardo Jorge Cordeiro Louça; José Manuel Pereira; Mara Andreia Gonçalves Figueiredo; Carlos Alberto Tomé Valença Mourinho; António Abrantes de Almeida; Francisca Luís Baptista Parreira.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registou-se os seguintes procedimentos:

4.1 - O Presidente anunciou o pedido de Suspensão de Mandato, por um período não superior a três meses, do eleito Sr. Domingos José Soares de Almeida Lima, nos termos e para os efeitos do artigo 79º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro (Ent. 159/X-4º), (**Conforme Anexo I**).

4.1.1 - O Pedido de Suspensão de Mandato que submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

4.2 - Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos Senhores Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência:



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- O Senhor Deputado Municipal Bruno Ramos Dias, com ausência no dia 18 de dezembro de 2012, (Ent. nº 170/X-4º), (**Conforme Anexo II**).
- A Senhora Deputada Municipal Maria Luísa Monteiro Ramos, com ausência no dia 18 de dezembro de 2012, (Ent. 158/X-4º), (**Conforme Anexo III**).
- O Senhor Deputado Municipal Vitor Manuel Domingos Barata, com ausência no dia 18 de dezembro de 2012, (Ent. 210/X-4º), (**Conforme Anexo IV**).
- O Senhor Deputado Municipal Francisco José Gonçalves Guerreiro, com ausência no dia 18 de dezembro de 2012, (Ent. 241/X-4º), (**Conforme Anexo V**).
- O Senhor Deputado Municipal José Gabriel Guiomar Joaquim, com ausência no dia 18 de dezembro de 2012, (Ent. 247/X-4º), (**Conforme Anexo VI**).
- O Senhor Deputado Municipal Carlos Manuel Dantas dos Santos, com ausência no dia 18 de dezembro de 2012, (Ent. 265/X-4º), (**Conforme Anexo VII**).
- O Senhor Deputado Municipal Manuel Domingos Rodrigues Batista, com ausência no dia 18 de dezembro de 2012, (Ent. 266/X-4º), (**Conforme Anexo VIII**).
- O Senhor Deputado Municipal João Francisco Ludovico da Costa, com ausência no dia 18 de dezembro de 2012, (Ent. 267/X-4º), (**Conforme Anexo IX**).
- A Senhora Deputada Municipal Teresa Isabel Ralha da Costa Santos, com ausência no dia 18 de dezembro de 2012, (Ent. 206/X-4º), (**Conforme Anexo X**).

4.2.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:

- O Candidato Senhor José João Santos da Mata, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 18 de dezembro, do eleito Sr. Bruno Ramos Dias (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XI**).
- O Candidato Senhor Hernâni José Pereira Peixoto de Magalhães, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 18 de dezembro, da eleita Sr.ª Maria Luísa Monteiro Ramos e



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

por impedimento da cidadã Sr.^a Cátia Sofia Canelas Gaudêncio (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos XII e XIII**).

- O Candidato Senhor Henrique Rosa Carreiras, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 18 de dezembro, do eleito Sr. Vitor Manuel Domingues Barata (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XIV**).
- O Candidato Senhor Alain Magalhães Pereira, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 18 de dezembro, do eleito Sr. Francisco José Gonçalves Guerreiro (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XV**).
- O Candidato Senhor Carlos Alberto Marques Machado dos Santos, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 18 de dezembro, do eleito Sr. José Gabriel Guiomar Joaquim e por impedimento da cidadã Sr.^a Maria Amélia Nascimento Quaresma, do cidadão Sr. Luís António de Matos Vicente e da cidadã Sr.^a Margarida Santos Serafim (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos XVI, XVII, XVIII e XIX**).
- O Candidato Senhor Nuno de Avelar Pinheiro, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 18 de dezembro, do eleito Sr. Carlos Manuel Dantas dos Santos e por impedimento do cidadão Sr. Sérgio Cantante Faria de Bastos, do cidadão Sr. Vitor Manuel Monteiro Rolo e da cidadã Sr.^a Luísa Andreia Jerónimo Fernandes (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos XX, XXI, XXII e XXIII**).
- O Candidato Senhor Aníbal António Teixeira, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 18 de dezembro, do eleito Sr. Manuel Domingos Rodrigues Batista (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XXIV**).
- O Candidato Senhor João Ricardo Lourenço Quintino, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 18 de dezembro, do eleito Sr. João Francisco Ludovico da Costa e por impedimento da cidadã Sr.^a Lúcia Maria Barata Rafael, da cidadã Sr.^a Antonieta Pereira



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Vaz e do cidadão Sr. José Joaquim Barradas Farinha (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos XXV, XXVI, XXVII e XXVIII**).

- O Candidato Senhor Miguel Ângelo Moura Salvado, que ocupa a vaga ocorrida por suspensão do mandato, por um período não superior a três meses, do eleito Sr. Domingos José Soares de Almeida Lima (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XXIX**).
- O Candidato Senhor Alfredo Manuel Chambel Rosa Oliveira, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 18 de dezembro, da eleita Sr.^a Teresa Isabel Ralha da Costa Santos e por impedimento do cidadão Sr. Hugo Miguel Diamantino Vieira da Luz e da cidadã Sr.^a Maria José Gaspar Batista (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos XXX, XXXI e XXXII**).

4.3 - O Presidente da Assembleia Municipal informou da comunicação da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, em que para os efeitos da alínea c), do nº 1, do artigo 38º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e devido a justo impedimento do Presidente do respectivo Órgão Autárquico, é substituído na presente Reunião da Assembleia Municipal pela eleita na Junta de Freguesia, Senhora Patrícia Rocha Brighenti (**Conforme Anexo XXXIII**).

4.4 - O Presidente deu nota da Informação do Expediente Entrado do nº 1799/X-3º ao nº 2051/X-3º e do nº 01/X-4º ao 182/X-4º do Expediente Enviado do nº 803/X-3º ao nº 978/X-3º e do nº 01/X-4º ao nº 94/X-4º informou das decisões da Conferência de Representantes dos Grupos Municipais através da Súmula N.º 23/X-3º/2011-2012, da Atividade dos Membros da Mesa em Representação da Assembleia através da Informação nº 06/X-3º/2011-2012 (Período de 23 de setembro a 31 de outubro de 2012), das Atas Nº 12/X-3º/2011-12, 13/X-3º/2011-12 e 14/X-3º/2011-12 e das Minuta das Atas Nº 12/X-3º/2011-12, 13/X-3º/2011-12 e 14/X-3º/2011-12 para posterior aprovação e ratificação.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- 4.5** - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, registou-se a falta justificada (Ent. 365/X-4º) do Sr. Deputado Municipal Manuel Maria Braga de Marques Gomes.
- 5** - Nos termos e para os efeitos do artigo 16º, nº 9, alínea b), do Regimento o Presidente da Assembleia deu informação dos Requerimentos apresentados pelos Senhores Deputados Municipais e das respetivas respostas.
- 5.1** - Foi apresentado pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco um Requerimento solicitando informações sobre “Imóveis Classificados e Identificados de Interesse Municipal”
- 5.1.1** - O Requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 05 de novembro de 2012, foi registado com a entrada nº 05/X-4º e designado de nº 26/CDS-PP/X-4º.
- 5.1.2** - O Requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 08 de novembro de 2012, através do ofício nº 08/X-4º.
- 5.1.3** - A Câmara Municipal respondeu através do ofício nº 548/GP, de 17 de dezembro de 2012.
- 5.1.4** - A resposta foi remetida ao Sr. Deputado Municipal requerente a 18 de dezembro de 2012, através do ofício nº 121/X-4º.
- 5.2** - Foi apresentado pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco um Requerimento solicitando informação sobre a “6ª Alteração ao Orçamento Municipal”.
- 5.2.1** - O Requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 29 de novembro de 2012, foi registado com a entrada nº 99/X-4º e designado com o nº 27/CDS-PP/X-4º.
- 5.4.2.2** - O Requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 03 de dezembro de 2012, através do ofício nº 61/X-4º.
- 5.2.3** - O Requerimento continua em tramitação.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

5.3 - Foi apresentado pelo Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira um Requerimento dirigido ao Presidente da Assembleia para que “Solicite Pareceres sobre a possibilidade de Revisão das Taxas do IMI para 2013”.

5.3.1 - O Requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 13 de dezembro de 2012, foi registado com a entrada nº 183/X-4º, e designado com o nº 15/BE/X-4º.

5.3.2 - O Requerimento está em tramitação.

5.4 - Foi apresentado pelo Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira um Requerimento solicitando “Informações Relativas à Aplicação a estrutura orgânica municipal do DL 49/2012, de 29 de agosto”.

5.4.1 - O Requerimento deu entrada nos Serviços da Assembleia no dia 14 de novembro de 2012, foi registado com a entrada nº 208/X-4º, e designado com o nº 16/BE/X-4º.

5.4.2 - O Requerimento está em tramitação.

5.5 - O Presidente informou que todos os Requerimentos e respetivas respostas cumpriram as normas regimentais, nomeadamente quanto aos prazos.

6 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

6.1 - Usou da palavra o Munícipe Exm.º Senhor Pedro Oliveira, residente em Almada.

6.1.1 - O Munícipe Exm.º Senhor Pedro Oliveira:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Na qualidade de morador e não na qualidade de autarca de freguesia que me honra de ser nesta Freguesia do Laranjeiro, gostaria de trazer a todos um problema da saúde. É um problema que é transversal na sociedade portuguesa mais concretamente à Freguesia do Laranjeiro, para realçar o seguinte, nos próximos dias será inaugurada a Unidade de Cuidados Continuados do Hospital Garcia de Orta. É uma mais valia extremamente importante na nossa Freguesia, não só na Freguesia como no Concelho, como no País. Essa Unidade



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

de Cuidados Continuados resulta de um conjunto de sinergias e foi possível a sua construção. Estamos na fase que é extramente importante, que será a concretização e será o seu funcionamento. Daqui o alerta a todos os Partidos que estão representados nesta Assembleia, para que não se chegue a ficar na construção do edifício. A construção do Edifício é importante, mas a concretização e o seu funcionamento será fundamental para o futuro.

Gostaria de referir no caso concreto da Freguesia do Laranjeiro um problema que merece a unanimidade de todos os partidos representados na Assembleia de Freguesia, no que se refere ao facto de o Posto de Saúde situado na rua Luís de Camões, não reunir condições para o funcionamento, pela exiguidade das instalações, pelas dificuldades e sobretudo pelas barreiras arquitectónicas que existem neste Posto de Saúde. Trata-se de um prédio de habitação normal que foi transformado há um número elevado de anos num Posto de Saúde e não reúne efetivamente condições, aliás reconhecido pelo próprio Ministério da Saúde. Mas não chega ficar pelo reconhecimento de que não tem condições, é preciso de facto ter uma solução. A Unidade da rua António Gonçalves está neste momento a servir em termos de saúde para a população da Freguesias do Laranjeiro e para a população da Freguesia do Feijó. Acontece que é um terreno que está há anos cedido para a construção de uma instalação de saúde, de uma unidade de saúde na Freguesia do Feijó. Palavras, leva-as o vento e o que é verdade é que a sua concretização continua a ser adiada. Existe esse espaço, existem condições para ser concretizado como mais valia para o Concelho e como mais valia para a Freguesia do Feijó que terá inevitável reflexo na Freguesia do Laranjeiro, visto que permitirá que os utentes no conjunto aproximadamente de quarenta mil utentes, tenham neste momento à sua disposição única e simplesmente a Unidade de Santo António, que abrange alguns dos utentes da Freguesia do Laranjeiro e do Feijó e é o Posto de Saúde que não reúne condições e apelava até a todos os presentes para fazerem uma visita à rua



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Luís de Camões para verem em que condições é que os utentes de saúde, sobretudo os idosos, são obrigados a subir os degraus de uma escada estreita sem condições e onde estão a trabalhar apesar e há que enaltecer a boa vontade de todos os funcionários, de todos os médicos, de todos os enfermeiros, mas aquele espaço não reúne condições. Era um apelo para que todas as forças políticas que estão quer na Câmara, quer na Assembleia Municipal, para que seja possível concretizar algo que será extremamente importante para estas Freguesias e também para o Concelho.”

6.2 - Usou da palavra a Munícipe Exm.^a Senhora Maria Teresa Sales, residente na Costa da Caparica.

6.2.1 - A Munícipe Exm.^a Senhora Maria Teresa Sales:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu quero deixar expresso em meu nome pessoal e da UMAR - A União de Mulheres Alternativa e Resposta, um voto de Pesar e de denúncia pelo assassinato de Andreia Teles da Silva de trinta anos, moradora nesta Freguesia, barbaramente assassinada pelo marido há dois dias em casa.

A vinte e cinco de novembro, no Dia Internacional Contra Todas as Formas de Violência sobre as Mulheres, a UMAR através da OMA - Observatório de Mulheres Assassinadas tinha já contabilizado trinta e seis mortes em relações de intimidade durante este ano.

Esta é mais uma cidadã vítima de um sistema sexista subjugante e do neoliberalismo desenfreado que acentua a falta de direitos fundamentais e a inexistência de uma igualdade efetiva de género.

Num Concelho liderado por uma mulher que tem evidenciado preocupações de justiça social, vimos apelar ao maior desenvolvimento das políticas no âmbito da igualdade de género, como forma de fazer face ao terrorismo que se exerce ainda dentro de muitas das nossas casas.”



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

6.3 - Usou da palavra o Munícipe Exm.^o Senhor José Manuel Dias Gonçalves, residente na Caparica.

6.3.1 - O Munícipe Exm.^o Senhor José Manuel Dias Gonçalves:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Na Estrada Nacional 10, nos Capuchos, na zona do número 713 e do Café Capuchinhos, há uma curva onde tem havido muitos acidentes. Por sorte não tem havido acidentes pessoais, mas tem havido postos de eletricidade e de telecomunicações derrubados, já várias vezes, até às vezes o mesmo. Vários muros de quintais derrubados, inclusive carros que batem em carros estacionados. Venho fazer o pedido que seja proibido o estacionamento em frente ao número 713 que é onde eu moro. Porque o estacionamento impede que eu veja os carros que descem essa estrada. Esses carros que estão aí estacionados, muitos para saírem do estacionamento vão de marcha atrás, completamente às cegas e podem ser atingidos pelos carros que descem porque não os veem. Inclusive já vi o carteiro que anda a distribuir cartas, ele ter metido as cartas na minha caixa do correio e ao sair para a Estrada Nacional, sai sem ver completamente o trânsito que vem de cima. E falei com ele “então e não tem solução?” “Não” é porque muitas vezes os carros que estão ali estacionados, estão estacionados em cima do passeio, perpendiculares à linha de trânsito e inclusive encostam o para-choques ao muro.

Além disso, impedindo a visibilidade para um trânsito seguro, costuma haver um monte de ramagens, ramos de árvores que cortam nos quintais, que impede a visibilidade e inclusive a passagem dos peões. Os peões muitas vezes têm que passar nessa zona perigosa que não tem visibilidade entre os carros e a estrada, porque esse monte de ramagens e de lixos impede a visibilidade e impede a passagem. Inclusive também nesse local há uma árvore que eu acho que deve ser derrubada porque por exemplo nesta época, ela começa a crescer



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

ramos, também impede a visibilidade. E as raízes dessa árvore também já estão a destruir o meu muro, já há falhas no meu muro produzidas por essa árvore.”

6.4 - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

6.4.1 - A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Um cumprimento à Freguesia do Laranjeiro, aos nossos autarcas, na pessoa da nossa Presidente de Junta que aqui está presente na Assembleia Municipal enquanto membros da Assembleia e a toda a população.

Relativamente às questões colocadas começava por me referir ao alerta aqui deixado pelo Sr. José Manuel Dias Gonçalves sobre o problema de falta de visibilidade na Estrada Nacional 10, na curva que aqui muitíssimo bem descreveu, tomámos nota, vamos analisar a situação e certamente encontraremos a melhor solução possível para o problema que aqui nos trouxe e obrigada por ter vindo.

Deixar também nota à Senhora Dona Maria Teresa Sales que, naturalmente comungo consigo deste voto de pesar sobre a morte trágica da Andreia Teles da Silva, que também nos impressionou a todos e que ficamos com certeza todos bastante preocupados e impressionados com a situação. Tivemos ocasião de acompanhar também uns pela comunicação social outros mais de perto. Queria deixar uma palavra de saudação à UMAR pelo seu trabalho, relativamente à problemática das mulheres, à importância que tem a casa abrigo que criou neste nosso Concelho, um projeto muito importante que reuniu vontades também da própria Câmara, obviamente sem a UMAR esta casa abrigo não existiria, mas tem um papel importantíssimo e está a desempenhar de facto um papel muito importante no nosso Concelho, no que diz respeito ao acolhimento de mulheres, ao seu acompanhamento.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Naturalmente tem a minha solidariedade para com todas as preocupações que aqui trouxe e agradeço as palavras que também me dirigiu e que nos deixou.

Queria deixar nota ao Pedro Oliveira que aqui trouxe a preocupação do Posto de Saúde do Laranjeiro, isto é um absurdo. De facto quando a Câmara Municipal doou ao Ministério da Saúde o terreno na rua António Gonçalves, esse terreno destinava-se ao Centro de Saúde do Laranjeiro e não ao do Feijó, infelizmente o Ministério da Saúde assim não o entendeu, manteve no edifício da rua Luís de Camões a funcionar o Posto de Saúde e entendeu que aquela instalação se destinaria ao Feijó. Nós não nos conformamos e naturalmente que procuramos encontrar uma outra solução para o Feijó e sempre temos dito que o terreno doado ao Ministério da Saúde é para resolver o problema do Laranjeiro. Tivemos várias reuniões nomeadamente com a anterior Ministra Dr.^a Ana Jorge, eu e o Presidente da Assembleia Municipal, para tratarmos nomeadamente do novo hospital do Seixal, mas o Centro de Saúde do Laranjeiro esteve sempre em cima da mesa e foi permanentemente abordado nas reuniões que fomos tendo, mas não começou com ela, o processo tinha começado com anteriores titulares da pasta do Ministério da Saúde, já com este novo Ministro tivemos ocasião de voltar a colocar o assunto e naturalmente que não vamos desistir desta luta, porque ela é absolutamente fundamental, ter um posto de saúde num edifício de habitação com todas as barreiras arquitectónicas que aqui referiu sem condições para quem é profissional da saúde e muito menos para quem é utente do posto, é um problema que tem que naturalmente merecer toda a nossa atenção, todo o nosso empenho e continuarmos com este processo, o terreno está lá, está assinalado, está na área do Centro Cívico do Feijó e da nossa parte não iremos desistir, iremos lutar para que um dia seja resolvido.”

6.5 - Deu-se por concluído o Período de Intervenção dos Cidadãos.

7 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

7.1 - Foram aprovadas por unanimidade as Atas Nºs 12/X-3º/2011-12 13/X-3º/2011-12 e 14/X-3º/2011-12 e ratificadas as respetivas Minutas das Atas.

7.2 - Os Votos de Pesar, foram apresentados pelos Srs. Deputados Municipais João Geraldês (apresentando o Voto de Pesar pelo falecimento do Músico Manuel Seabra, pelo falecimento do Dr. Ilídio das Neves Luís e pelo falecimento de José António Martins Lopes “Zal”), Sérgio Taipas (apresentando o Voto de Pesar pelo falecimento de Joaquim Benite), José Joaquim Leitão (apresentando o Voto de Pesar pelo falecimento de Anibal José da Silva Rodrigues Estudante) e António Pedro Maco (apresentando o Voto de Pesar pelo falecimento de Joaquim Benite).

7.2.1 - O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

a) Voto de Pesar pelo falecimento do Músico Manuel Seabra

A música filarmónica enlutou-se pelo falecimento do distinto músico de seu nome Manuel Barros Seabra, ocorrido no passado dia 18 de novembro.

O Senhor Seabra como era conhecido das Bandas Filarmónicas do Concelho de Almada, nasceu em 1919, na freguesia de Ancas, do Concelho de Anadia.

O seu contacto com a música iniciou-se quando foi colocado nos Açores, no decorrer do ano de 1940, em cumprimento do serviço militar obrigatório e através de um seu camarada militar, músico na Banda de Vagos, que o envolve e lhe proporciona os primeiros conhecimentos musicais.

É ainda nos Açores, e com ensaios na Base Aérea das Lages, que é executante de uma orquestra de militares.

Regressado ao continente entra para a ex-Guarda Fiscal e presta serviço em várias localidades de Portugal e em todas participa nos agrupamentos musicais existentes, acabando por ser colocado em Lisboa em 1965 integrando a Banda da Guarda Fiscal - a música fazia parte da sua realização.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Participou como músico em várias bandas filarmónicas de coletividades, sendo de destacar os “Alunos d’Apolo e “A Verdi”, assim como as Bandas da Carris, do Bombarral ou da Ericeira. Era frequentemente chamado a tocar nas Praças de Touros, sendo também músico conhecido nos cavalinhos das marchas populares de Lisboa, nomeadamente do Castelo, Carnide, Campo de Ourique, Ajuda ou Mouraria.

Entretanto e a partir de 1972 passa a ter colaboração assídua com as coletividades da Margem Sul do Tejo, integrando-se na Banda Filarmónica da Sociedade Filarmónica Incrível Almadense e também na Banda da Sociedade Filarmónica Operária Amorense, passando a transmitir, como monitor, os conhecimentos musicais adquiridos ao longo da vida de músico.

Foi monitor da Escola de Música da Sociedade Filarmónica Incrível Almadense e a partir de 1975 participa na Sociedade Recreativa Musical Trafariense, como músico, contramestre e monitor da Escola de Música, onde desenvolveu atividade altamente meritória de professor de música filarmónica.

Ajudou muitos jovens a serem músicos e homens. Por exemplo o hoje conceituado maestro Carlos Reinaldo Guerreiro iniciou os estudos musicais sob a orientação do professor Manuel Barros Seabra.

Pessoa muito conceituada, conhecida e reconhecida no meio musical almadense, foi também um cidadão exemplar.

Foi distinguido com a medalha de prata do INATEL, por cinquenta anos de dedicação à música, em 2002 foi agraciado pela Sociedade Recreativa Musical Trafariense que lhe atribuiu a categoria de Sócio de Mérito e em 2003 teve a homenagem pública e o reconhecimento do Município com a imposição pela Câmara Municipal de Almada da Medalha de Mérito e Dedicção.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em plenário no dia 18 de dezembro de 2012, envolvendo o movimento associativo e suas bandas filarmónicas, curva-se respeitosamente em memória do músico e cidadão Manuel Barros Seabra, e apresenta o seu testemunho de pesar à sua família enlutada.

b) Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Ilídio das Neves Luís

Faleceu no passado dia 19 de novembro, no Hospital Garcia de Orta, vítima de doença prolongada, o cidadão Ilídio das Neves Luís, natural do concelho de Ansião, distrito de Leiria, nascido em 1948 e residente em Almada há muitos anos.

Ingressou com 17 anos no corpo de Fuzileiros da Marinha Portuguesa onde permaneceu até 1971 fazendo duas comissões de serviço, uma em Angola e outra em Moçambique.

Com vinte e três anos volta a estudar, agora no período noturno, terminando os estudos secundários, entrando, logo de seguida, na Faculdade de Direito de Lisboa, onde conclui a licenciatura, em 1981, com elevada classificação.

Entretanto e depois de algumas experiências profissionais, ingressa em 1977 na Polícia Judiciária, onde exerceu cargos de grande responsabilidade e obteve êxitos profissionais de grande prestígio policial e social. Inicia a carreira policial como agente de investigação, em 1981 ascende a inspetor, depois a inspetor coordenador e, finalmente, atinge o topo da carreira como coordenador - superior de investigação criminal, reformando-se em 2003 era então o Diretor da Polícia Judiciária da Região de Setúbal.

Fuzileiro uma vez, Fuzileiro sempre, como proclamava, o Dr. Ilídio das Neves Luís, era o sócio nº 155 da Associação de Fuzileiros tendo exercido o cargo de Vice-presidente e Presidente da Direção Nacional, assumindo também a direção editorial da revista "O Desembarque".



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Autor de vários livros, uns sobre os Fuzileiros e outros sobre criminalidade, Ilídio das Neves, deixa-nos uma obra conhecida e reconhecida de grande mérito e sucesso.

Em 2002 publica o livro “O Nunca Cessante Revigorar da Vida - Venturas e Desventuras do Inspetor Zé Fuso”, em 2004, sai “A Fé do Bandido” história ficcionada escrita a partir de casos reais de crime organizado, tráfico de drogas e atentados, tendo por cenário Labutes (Setúbal) nos finais da década de 80.

A terceira obra literária de Ilídio Neves, “Fuzileiros, força de elite”, foi escrita em coautoria com os antigos Fuzileiros José Parreira e Mário Manso, abordando a guerra colonial e a ação qualitativa de uma Força Especial de Elite, os Fuzileiros, que «na pujança da juventude, protagonizaram episódios fantásticos, sentiram, como poucos, as indescritíveis sensações da dor, física e psicológica, nas antecâmaras da morte, cheiraram o bafiento odor da mata e da bolanha e viram, desesperadamente, jorrar o sangue do seu próprio corpo».

O livro “Venturas e Desventuras do Inspetor Zé Fuso” é espécie de autobiografia onde relata as suas experiências na PJ, mas sem jamais esquecer a sua alma de Fuzileiro e daí o nome que deu a si próprio de Inspetor Zé Fuso. O Livro foi prefaciado pelo Bispo Resignatário de Setúbal, D. Manuel Martins, que afirma nomeadamente que e cita-se “Apreciei sempre muito e tantos comigo, em Setúbal e em todo o País o nosso Coordenador Superior da Polícia Judiciária ..., mas estava longe de imaginar a riqueza humana, a sensibilidade perante os outros e a vida, o jeito literário e até poético, a vontade indomável do crescer e de se «construir», a categoria profissional, sempre reconhecida em cima e ao lado, do nosso Dr. Ilídio Neves”



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Em Almada onde residia integrou de forma voluntária e graciosa o Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos transmitindo grandes conhecimentos designadamente da problemática da criminalidade associada ao mundo da droga.

O Dr. Ilídio Neves Luís deixou marcas indeléveis por onde passou, deixando saudades por todos aqueles que o conheceram.

Foi um Cidadão de causas nobres e valores marcantes, Profissional empenhado, responsável e prestigiado, Homem lutador e sonhador, fraterno e solidário.

Nestes termos a Assembleia Municipal de Almada reunida em plenário no dia 18 de dezembro de 2012, enaltece as sublimes qualidades humanas e cívicas do Dr. Ilídio das Neves Luís, homenageia o Homem fraterno, generoso e solidário, curvando-se em sua memória em manifestação de pesar e apresenta à Família enlutada as mais sentidas condolências.

c) Voto de Pesar pelo falecimento de José António Martins Lopes “ZAL”

O Movimento Associativo Popular e as Artes Plásticas Almadenses ficaram mais pobres no passado dia 5 de outubro de 2012, data que assinala o falecimento, aos 73 anos de idade, do insigne Cidadão de Almada José António Martins Lopes - “Zal”, natural da Freguesia da Caparica onde nasceu em 22 de Janeiro de 1939.

Contabilista de profissão, Zal desempenhou funções inicialmente na empresa Alcácer até ingressar nos quadros da Hidrelétrica do Alto Alentejo logo após a Revolução de Abril, em Maio de 1974.

Após a nacionalização do sector eléctrico em Maio de 1975, Zal foi eleito para a Comissão de Trabalhadores Nacional da então recentemente criada EDP, tendo desempenhado as funções de dirigente sindical até 1986. Neste período foi nomeado pela Comissão de Trabalhadores para coordenar a Comissão de Negociação do Estatuto



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Unificado do Pessoal, que visava a uniformização de direitos, obrigações e regalias sociais do sector energético, e representou a Comissão de Trabalhadores na Comissão de Fiscalização da EDP.

Em 1986 regressou à sua atividade de contabilista e integrou a equipa técnica da EDP responsável pela constituição da base de dados do novo programa informático de gestão da contabilidade, orçamento e tesouraria adquirido em 1987 por aquela empresa então pública. Em 1996 foi promovido a Técnico Principal de Gestão da EDP.

José António Martins Lopes - “Zal” foi igualmente um destacado dirigente associativo no nosso Concelho, tendo integrado os corpos sociais e dirigentes de diferentes colectividades, destacando-se os cargos de vogal da direção do Clube Recreativo União e Capricho do Monte da Caparica (1958), vogal da direção do Monte de Caparica Atlético Clube (1965), secretário da 1ª Assembleia Popular do Concelho de Almada (1975), vice-presidente da direção da Associação Amigos da Cidade de Almada (1997/1998) e presidente da direção da mesma Associação (entre 2003 e 2008).

Em 1974, na sequência da Revolução de 25 de Abril, foi eleito Presidente da Comissão Democrática Administrativa da Junta de Freguesia da Caparica, em Plenário de Cidadãos que se realizou especificamente para aquela eleição, cargo que desempenhou até à realização das primeiras eleições livres para os Órgãos do Poder Local Democrático realizadas em Dezembro de 1976.

“Zal” desenvolveu igualmente uma intensa atividade cultural, marcada essencialmente pelo gosto e pelo trabalho de autodidata em artes plásticas, tendo participado em inúmeras exposições individuais e colectivas desde 1970. Enquanto pintor está representado no Museu Manuel Cabanas (Vila Real de Santo António) e em diversas coleções particulares em Portugal, Estados Unidos da América, Brasil, Luxemburgo e Suíça.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Em 2008 o Município de Almada distinguiu o Cidadão José António Martins Lopes “Zal”, por deliberação unânime da Câmara Municipal, com a atribuição da Medalha de Ouro de Mérito e Dedicção e respetiva Insígnia, pela sua intervenção cívica, cultural e política a favor do progresso e do desenvolvimento do Concelho de Almada.

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Almada reunida em Sessão Ordinária no dia 18 de Dezembro de 2012 delibera:

1. Prestar homenagem ao Cidadão, Dirigente Sindical, Dirigente Associativo e Artista Plástico José António Martins Lopes “Zal”, curvando-se perante o seu percurso exemplar de cidadão e associativista.
2. Expressar o mais profundo pesar pelo seu falecimento.
3. Apresentar as mais sentidas condolências à sua família enlutada e ao Movimento Associativo Popular do Concelho de Almada em geral.”

7.2.2 – O Senhor Deputado Municipal Sérgio Taipas (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Voto de Pesar pelo falecimento de Joaquim Benite

Morreu Joaquim Benite.

A Assembleia Municipal de Almada manifesta o seu profundo pesar e exprime a imensa tristeza que partilha com Teresa Gafeira, grande atriz e companheira de uma vida, com familiares, amigos e todos aqueles que são muitos e sentem o vazio da sua ausência.

Joaquim Benite começou por ser jornalista, aos 20 anos no jornal *República*, fez parte da redação do *Diário de Lisboa* e foi chefe de redação dos jornais *O Século* e *O Diário*, tendo no último sido diretor do suplemento cultural. Foi crítico de teatro no *Diário de Lisboa*.

Mas foi como homem do teatro que assumiu o seu lugar na história.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Ao longo de 40 anos de carreira, encenou textos de Shakespeare, Molière, Brecht, Lorca, Bulgakov, Pushkin, Camus, Adamov, Gogol, Beckett, Albee, O'Neill, Bernard, Neruda, Sinisterra, Duras, Marivaux, Feydeau, Skármeta, Peter Shaffer e Nick Dear, também de Almeida Garrett, Gil Vicente e Raul Brandão, entre muitos outros. Além de encenador, foi diretor do Grupo de Teatro de Campolide/Companhia de Teatro de Almada, desde a sua fundação e diretor do Festival de Teatro de Almada, que criou. É autor de diversos textos para teatro, bem como de conferências e ensaios, tendo estado à frente de vários cursos de teatro e tendo dirigido, até ao fim, a revista de teatro *Cadernos* e a coleção de *Textos d'Almada*.

Em 1970 é fundador e dirige o Grupo de Teatro de Campolide, amador no seu estatuto mas profissional no seu trabalho, rigor e qualidade, companheiro igual dos grupos de teatro independente que renovaram e deram novo sentido ao teatro português nos anos setenta, antes e depois do 25 de Abril, altura em que o GTC passa a profissional e se sedia no Teatro Trindade.

A vinda do Grupo de Teatro de Campolide para Almada, em 1978, por “razões estéticas e cívicas”, como afirmou, significa uma opção pela descentralização cultural, vinculada à intenção de criação de novos públicos, numa perspectiva de democratização da cultura, tornando-a participada por todo o povo. Mantendo sempre um registo de rigor e de exigência de elevada qualidade estética, a matriz que sempre acompanhou o trabalho de Joaquim Benite e da Companhia de Teatro de Almada foi a da relação afectiva, estética e reflexiva com a comunidade em que se insere, pressupondo o teatro-ação como atividade artística inserida e em relação com os tecidos social, político e económico. Assim se foi construindo, à volta do trabalho de encenadores e atores, uma pedagogia e uma prática de intervenção cada vez mais ampla de espectadores, que passam a colaboradores ativos e voluntários, quer de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

divulgação por fábricas e escolas, quer de desempenho de mil e uma tarefas de apoio, também eles progressivamente comprometidos com o ato de ver, pensar e, para muitos, passar a fazer teatro.

Todo este trabalho se desenvolveu num concelho predisposto à intervenção cultural e enquadrado por uma política autárquica que sempre acolheu e apoiou a cultura entendida como ato simultaneamente criativo e cívico. E assim, permanecem ativos cerca de dezena e meia de grupos de teatro amador no Concelho de Almada.

A inauguração do primeiro Teatro Municipal em Almada, em 1988, deveu-se à decisão política da Câmara Municipal de reconhecer a importância e de garantir a continuidade do trabalho da Companhia de Teatro de Almada no nosso Concelho e saldou-se por um inequívoco avanço na intervenção cultural, não só no âmbito do teatro.

A construção do novo Teatro Municipal/Teatro Azul, em 2005, reconhecido como um dos melhores espaços nacionais e europeus, é corolário natural destes percursos, pela necessidade de corresponder à grandeza do seu desenvolvimento criativo, a par da formação e crescente consolidação de públicos. Sonho antigo e concretizado do seu impulsionador possibilitou uma etapa nova no desenvolvimento do teatro em Almada e em Portugal.

A compreensão mais funda desta intervenção e desta relação passa também pelo Festival Internacional de Almada.

Iniciado como Festa do Teatro, em 1984, aconchegado no Beco dos Tanoeiros e no Pátio Prior do Crato, convocando todas as vontades, de criadores, grupos, artistas, colaboradores voluntários, moradores, na intimidade cada vez mais partilhada desta Festa se foram cimentando todas as cumplicidades, até mesmo na humaníssima ironia metafórica dos cartazes, mostrando num ano um cacilheiro cheio de gente apontado a Almada, noutra uma



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

janela aberta para o pôr-do-sol, em homenagem óbvia ao “Milagre de Milão”, único espetáculo permitido aos que não tinham posse para mais.

E de Festa se fez Festival Internacional de Teatro de Almada, que já chegou à sua 29ª edição, este ano. Reconhecido e saudado como o maior a nível nacional e um dos mais importantes a nível europeu, apesar do seu orçamento comparativamente muito reduzido, o Festival tem trazido a Almada, ano após ano, algum do melhor teatro do mundo (textos, dramaturgos, encenadores, atores, companhias), num encontro expressivo e solidário de culturas diversas entre si, demonstrativo de uma concepção cosmopolita e internacionalista da arte, sempre aberta ao debate e provocadora da reflexão, apenas possível pelo conhecimento profundo da estética teatral, suas implicações e filosofias e da produção mais significativa em cada momento. Segundo o próprio Joaquim Benite, o Festival é “um lugar onde se encontram diferentes linhas estéticas mas que discutem, com maturidade, sobre as suas diferenças, sem se agredirem, e de forma flexível, num nível que não é o da confrontação sectária”.

Afirmando sempre se ter conhecido como “evidentemente de esquerda”, Joaquim Benite foi militante do Partido Comunista Português, partilhando inequivocamente os valores do socialismo e do comunismo. Não foi no campo da prática política *strictu sensu* que interveio, mas o seu palco político foi a cultura, foi o teatro: “o teatro de que gosto - o que fazemos na companhia e mostramos no festival - é um teatro-ação que se envolve com as pessoas, que as leva a pensar no seu dia-a-dia e que lhes muda a vida, de alguma maneira. Assim como a política deve ser”.

Considerando o teatro uma forma de escrever relacionada com a ação, sempre privilegiou o texto e afirmou que todo o teatro é político, mesmo quando disso não tem consciência. A concepção estética de Joaquim Benite revela-se sempre assumidamente entrelaçada com os planos social, político e económico, estabelece uma relação afectiva e reflexiva com a



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

comunidade e exige que o teatro seja um espaço de liberdade, um fórum de reflexão, mas também um espaço e um tempo de prazer estético capaz de tocar a multiplicidade dimensional do ser humano e nesta poética da vida sempre se exprimiu com convicção e paixão a sua humaníssima presença no panorama do teatro e da cultura.

O trabalho de Joaquim Benite encontra-se amplamente consagrado e reconhecido nacional e internacionalmente.

Reconhecimento institucional: Medalha de Ouro da Cidade de Almada, Medalha de Ouro do Município da Amadora, Medalha de Ouro e Mérito Distrital do Governo Civil de Setúbal, Medalha de Mérito Cultural do Ministério da Cultura, Grau de Comendador da Ordem do Infante D. Henrique, Grau de Cavaleiro e Grau de Oficial da Ordem das Artes e das Letras de França e Grau de Comendador da Ordem do Mérito Civil de Espanha.

Inequívoco reconhecimento dos seus pares, que amplamente confirmam o muito que com ele aprenderam e testemunham “o encenador com profundo sentido estratégico do seu trabalho”, “o companheiro leal e generoso”, o lutador, resistente, persistente, capaz de construir, “o lado político, artístico e humano” do seu modo de ser, a sua preocupação pedagógica, sobretudo com os atores e também com o público.

Reconhecimento da crítica nacional e internacional pelo mérito e qualidade do seu trabalho como encenador, diretor, homem integral do teatro.

Caloroso e afectivo reconhecimento daqueles que com ele privaram, os públicos participantes, o grupo de amigos da CTA, todos os que se cruzaram com a sua cultura, coerência, forte convicção, verticalidade, sabedoria.

Reconhecimento por tudo quanto nos deu, pelo trabalho artístico que produziu, pela permanente e exigente reivindicação de melhores condições para o teatro e para a cultura,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

pelo que ensinou e formou, pelos enlaces que criou e pelo que ajudou a transformar para melhor em Almada, em Portugal, na Europa.

Ao contrário do que ele próprio pressagiava, “os encenadores não ficam na história”, Joaquim Benite está e continuará na história da cultura e do teatro portugueses. Honrar a sua memória implica a responsabilidade de prosseguir e honrar o património que a todos nos legou.

Joaquim Benite estará entre nós na estreia póstuma do seu último trabalho, *Timão de Atenas*, de Shakespeare, a partir do próximo dia 20. Peça em estreia absoluta em Portugal, sobre a tirania do ouro e do dinheiro na alienação das relações humanas, revela a matriz cultural do seu encenador: um clássico transposto em tempo certo para a contemporaneidade como lição para o presente histórico, onde se enlaçam as dimensões estética, ética, política e social, em suma, da vida.

Continuará entre nós na 30^a edição do Festival, que ainda preparou, e que se realizará na sua ausência física, mas com a sua íntegra presença. Continuará na herança que deixou a tantos criadores de cultura que seguem os seus próprios percursos e na recordação de todos os que vivem e amam o teatro.

Nesta tensão dialéctica entre o que é a morte física e a permanência impressa na memória colectiva da cidade, conclua-se saudando:

Viva Joaquim Benite!”

7.2.3 - O Senhor Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Voto de Pesar pelo falecimento de Aníbal José da Silva Rodrigues Estudante

Faleceu no dia 29 de Novembro, Aníbal José da Silva Rodrigues Estudante, de 41 anos de idade, após 2 anos de luta contra a doença.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Foi militante ativo do Partido Socialista desde 2002, membro de vários secretariados da Secção de Cacilhas, membro da Comissão Política Concelhia do PS-Almada e eleito da Assembleia de Freguesia de Cacilhas.

Dirigente e Chefe no Agrupamento de Escuteiros 510 de Cacilhas, onde dedicou parte da sua vida ao serviço das crianças e jovens, foi um dos dinamizadores da iniciativa “Tasquinhas e Burricadas” de Cacilhas.

Membro ativo da Paróquia de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Cacilhas, desde os seus 5 anos de idade, sempre se afirmou como Cristão e Católico.

A sua vida foi recheada de exemplos de humildade e entrega ao próximo, demonstrando sempre preocupação com o bem-estar dos outros, muitas vezes em detrimento de si próprio. Sempre fiel na amizade e nos compromissos que assumia, nos momentos mais difíceis da vida sempre procurou encontrar e fazer o seu melhor. Mesmo nos 2 anos em que lutou contra a doença, por vezes com grande cansaço e dificuldade, sempre esteve presente nas atividades, quer dos Escuteiros, quer da Freguesia, quer do Partido Socialista, sempre com um sorriso e espalhando boa disposição.

Como alguém disse um dia “a verdadeira medida de um homem não se vê na forma como se comporta em momentos de conforto e conveniência, mas em como se mantém em tempos de controvérsia e desafio”.

Aníbal Estudante lutou até ao último dia por uma vida com dignidade e sentido.

Nesta hora de luto e grande tristeza, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em 18 de Dezembro de 2012, presta homenagem a este insigne cidadão e apresenta as sentidas condolências à sua Mãe, Esposa, Filha, e a toda a sua família.”

7.2.4 - O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Voto de Pesar pelo falecimento de Joaquim Benite

Reconhecidamente a Cultura e o Teatro ficaram mais pobres tal como a cidade de Almada com a perda do encenador Joaquim Benite.

Joaquim Benite deixa uma marca na sua arte que com ela terá elevado ao mais alto nível o nome do Teatro português e o nome de Almada.

É por demais reconhecido o extraordinário empenho e dedicação com que vivia o teatro deixando a todos uma grande responsabilidade e um legado para que continuemos a reconhecer o Teatro Municipal de Almada como uma escola onde leccionou um bom professor.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em 18 de Dezembro de 2012 na freguesia do Laranjeiro, apresenta um Voto de Pesar à sua família como a toda Companhia do teatro Municipal de Almada.”

7.3 - Verificado o quórum passou-se à votação dos documentos.

7.3.1- O Voto de Pesar pelo falecimento do Músico Manuel Seabra, apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Geraldês, foi aprovado por unanimidade.

7.3.2 - O Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Ilídio das Neves Luís, apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Geraldês, foi aprovado por unanimidade.

7.3.3 - O Voto de Pesar pelo falecimento de José António Martins Lopes “Zal”, apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Geraldês, foi aprovado por unanimidade.

7.3.4 - O Voto de Pesar pelo falecimento de Joaquim Benite, apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Sérgio Taipas, foi aprovado por unanimidade.

7.3.5 - O Voto de Pesar pelo falecimento de Anibal José da Silva Rodrigues Estudante, apresentado pelo Senhor Deputado Municipal José Joaquim Leitão, foi aprovado por unanimidade.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

7.3.6 - O Voto de Pesar pelo falecimento de Joaquim Benite, apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco, foi aprovado por unanimidade.

7.3.5 - Seguiu-se um minuto de silêncio de homenagem e em memória dos Cidadãos falecidos.

7.4 - Para tratar de assuntos de interesse do Concelho, apresentarem documentos para votação ou debaterem documentos apresentados, usaram da palavra os seguintes Senhores Deputados Municipais: Luís Varela Pais (apresentado uma Moção/deliberação sobre Apoio Empreendedorismo), Vitor Castanheira (apresentado uma Moção/deliberação sobre Unidades de Cuidados Continuados), Luís Filipe Pereira (apresentado Moção/Deliberação sobre a Miséria e o Orçamento do Estado de 2013), Sérgio Taipas (apresentado Moção/Deliberação sobre a 16ª Mostra de Teatro de Almada e 40º Aniversário do GITT; Moção/Deliberação sobre Fundo de Apoio a Micro, Pequenas e Médias Empresas de Almada - Fundo Finicia Almada; Moção/Deliberação sobre Abertura do Museu de Música Filarmónica em Almada e Moção/Deliberação sobre Prémio Curta Metragem CINANIMA 2012), Nuno Pinheiro (apresentado Moção/deliberação sobre Carreira 753 da Carris), Ana Salvado (apresentado Moção/Deliberação sobre atribuição do prémio Máxima de Literatura a Magda Pinheiro) Sérgio Taipas (apresentado Moção/Deliberação sobre Mega Agrupamentos de Escolas), António Pedro Maco (apresentado um Voto de Louvor ao banco Alimentar Contra a Fome), Luís Filipe Pereira, Miguel Salvado, João Geraldês, Sérgio Taipas, Fernando Pena, Luís Varela Pais e a Sr.ª Presidente da Câmara.

7.4.1 - O Senhor Deputado Municipal Luís Varela Pais (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção - Mais atenção à promoção do investimento

Considerando que Almada tem uma localização geográfica privilegiada, perto que está da capital do país e dos principais centros de decisão, com uma frente ribeirinha e atlântica de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

excelência, com uma boa rede de infraestruturas rodoviárias e diversidade de oferta de meios de transportes públicos.

Conta igualmente com as necessárias infraestruturas modernas de comunicações, mão-de-obra altamente qualificada e tradições de empreendedorismo de excelência, seja na área industrial, comércio e serviços.

Considerando que Almada dispõe ainda de uma comunidade educativa rica, diversificada e onde as suas instituições de ensino são referências como polos de investigação, criadoras de saber e disseminação do conhecimento.

Temos pois muitos dos ingredientes para que se criem vantagens competitivas que transformem o concelho de Almada como um dos territórios mais atrativos para a captação de novos projetos empresariais de investimento.

Considerando que um modelo de crescimento e desenvolvimento económico estruturado e sustentado ao nível concelhio não deve ser alicerçado nas já consumidas receitas do património imobiliário (criado ou a criar), e no caso de Almada, seremos mais ricos na razão direta de politicamente se conseguir atrair novas empresas, potenciar a criação de mais empregos, na certeza de que mais valor acrescentado criado na nossa terra, será mais riqueza que poderá ser redistribuída para melhorar a qualidade de vida de quem aqui vive, trabalha ou nos visita.

Na competitividade do nosso território o reconhecimento e referência do nosso município não se fazem certamente pela vertente de apoio à fixação de empresas ao contrário da vertente Cultural e Educação onde o nosso caminho está, reconheça-se, deveras consolidado.

O que tem falhado até aqui? Almada não tem investido num projeto articulado para mostrar a potenciais investidores o que somos, como somos, e que oportunidades temos para que se fixem junto de nós.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Considerando que não há ainda um guia do investidor eficaz, informação explícita e coordenada de espaços para disponibilizar, uma fiscalidade municipal mais competitiva do que a atual, e para mostrar esta falta de estratégia e tática, temos por exemplo capacidade instalada em incubadoras que não estão devidamente articuladas. Como tantas vezes referimos, plasmem-se os resultados práticos dos Planos e Estratégias sempre apresentados como os certos na margem certa mas que dificilmente conseguimos verificar em estatísticas como Valor acrescentado Bruto Criado, Emprego ou outros. A sustentabilidade é também a capacidade de fixar emprego por m² e não apenas dormidas por m².

Considerando que, e como exemplo, não é admissível que haja incubadora de empresas com listas de espera e outras com capacidade não aproveitada (o Madan Parque tem hoje 10 empresas em listas de espera, enquanto o parque tecnológico da Mutela está com ocupação de cerca de 50%) também pelo facto de não haver nenhuma entidade preocupada em articular estas situações e em procurar encaminhar os potenciais investidores para as oportunidades que os podem ajudar a melhor colocar em prática o seu projeto empresarial. Esse poderia ser o papel da autarquia.

Aliás, estando Almada a desenvolver a revisão do seu PDM, andariam bem os seus órgãos municipais em procurar dar os passos firmes para capitalizar o território em redor da FCT/UNL para usos que possam facilitar a concretização de investimento e capacitação empresarial.

Assim, considerando o acima exposto a Assembleia Municipal de Almada, exorta o executivo a que, entre outras ações que possa identificar com os eleitos, por exemplo em sede de Comissão Eventual deva:

- No âmbito das suas competências promover urgentemente a discussão pública da temática, Promoção do Investimento e Apoio à Criação de emprego;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- Adequar as suas ações de forma coordenada procurando sinergias entre todos os atores locais na temática acima descrita;
- Inscreva no seu quotidiano de executivo municipal formas de medir e apresentar os resultados de uma linha política EMPREGO E EMPREENDEDORISMO, aos cidadãos de Almada;
- Convoque os empresários e todos os atores da rede educativa local na procura de um programa de apoio à sensibilização para o empreendedorismo, para a restauração das capacidades e referências que povoaram a história empresarial do nosso concelho;”

7.4.2 - O Senhor Deputado Municipal Vitor Castanheira (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação sobre Unidades de Cuidados Continuados

No âmbito do programa “O Estado do Distrito”, promovido pela Federação de Setúbal do Partido Socialista, a Concelhia de Almada do Partido Socialista realizou uma visita à praticamente concluída Unidade de Cuidados Continuados da Liga dos Amigos do Hospital Garcia de Orta.

Trata-se de um equipamento que contará com 60 camas para média e longa duração, que tem o objetivo de prestar cuidados de saúde e sociais a pessoas idosas ou em situação de dependência e que irá reforçar a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), criada em 2006, quando Correia de Campos era Ministro da Saúde.

Esta Unidade, para além de acrescentar eficiência na gestão das camas hospitalares, permitindo ganhos financeiros, já que o custo por doente estará entre os 60€ e os 105€ /dia enquanto que em cama hospitalar custa entre 300€ e 700€, constitui o último vértice do Serviço Nacional de Saúde, prestando cuidados especializados e adequados aos utentes.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A Unidade funcionará em articulação com as equipas de alta dos Hospitais e Centros de Saúde privilegiando as situações de proximidade.

O aumento da população idosa, em função do aumento da esperança média de vida, prevê um acréscimo de doenças crónicas de evolução prolongada e com elevado grau de incapacidade, ao mesmo tempo que as redes informais de solidariedade familiar e de vizinhança, decorrentes das alterações sociológicas, vão sendo cada vez menores, pelo que estas unidades serão cada vez mais necessárias.

Em Almada, estão em construção duas Unidades de Cuidados Continuados - a da Liga dos Amigos do HGO e a da Cooperativa Almadense de Solidariedade Social - que têm merecido o apoio da Autarquia e contaram com o suporte financeiro do Programa Modelar, lançado pelo Governo socialista e que previa financiar até 50% das despesas de construção e equipamento, sendo as restantes verbas da iniciativa privada, numa parceria virtuosa entre o Estado e os sectores privado e social com grande predominância para este último, dinamizando, como nunca, a economia social.

Estas Unidades de Cuidados Continuados foram sujeitas a candidaturas que incluíram sempre de forma imperativa, a consideração das necessidades, ou seja, só foram aprovadas as candidaturas que visavam a satisfação das necessidades identificadas numa avaliação técnica independente que teve em conta indicadores demográficos, sociais, de saúde e de natureza regional.

Mesmo com a construção destas duas Unidades, estaremos longe de assegurar a cobertura necessária.

O atual governo reconhece a necessidade de desenvolver a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados como se observa na leitura das Grandes Opções do Plano, mas tem limitado o seu crescimento.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Milhares de portugueses estão a ser deixados sem tratamento adequado por falta de lugares na RNCCI e muitos outros estão a ser tratados de forma inadequada em hospitais de agudos, aumentando o risco para a sua saúde e fazendo crescer a despesa pública.

Os portugueses em situação de dependência merecem atenção e as instituições que aceitaram colaborar com o Estado neste esforço merecem respeito e tratamento de boa-fé.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em 18 de dezembro de 2012, delibera:

1. Congratular-se com a conclusão da construção da Unidade de Cuidados Continuados da Liga dos Amigos do HGO que proporcionará aos cidadãos do nosso concelho não só uma resposta adequada às suas necessidades em cuidados continuados de média e longa duração, como permitirá também a criação de dezenas de postos de trabalho;
2. Recomendar ao Ministério da Saúde que através da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, estabeleça os devidos protocolos para financiamento do funcionamento das unidades de Cuidados Continuados, no quadro do Serviço Nacional de Saúde.”

7.4.3 - O Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Pereira (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação sobre a Miséria e o Orçamento do Estado de 2013

Na zona Euro, Portugal é o terceiro país com maior percentagem de miséria e pobres: (18%), só atrás da Grécia (21,4%) e da Espanha (21,8%), De acordo com dados recentes do Eurostat, a população em risco de pobreza ou de exclusão social atingiu os 24,4% em 2011 e tudo aponta para que este valor seja ainda mais elevado em 2012, ou seja, mais de um quarto da população portuguesa vive nestas condições de empobrecimento e miséria.

O número de pobres aumentou 80% em Lisboa nos últimos 20 anos.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Quase 3 milhões de pessoas vivem em risco de pobreza ou com carências materiais consideradas graves e são as crianças e os idosos os grupos mais vulneráveis à pobreza; as pessoas mais velhas que têm prestações sociais e pensões na maioria dos casos muito baixas, estão a abdicar do pouco que recebem para ajudar membros da família mais jovens, como os filhos ou os netos. Estão confrontados ainda com o aumento do preço dos medicamentos e do acesso aos indispensáveis cuidados de saúde.

A vida dos reformados e pensionistas assim como da maioria das portuguesas e portugueses, tem vindo a sofrer ataques jamais vislumbrados depois do 25 de Abril de 1974. Há dias ficámos a saber o que pensa o Sr. Primeiro Ministro acerca das reformas e das aposentações dos portugueses e das portuguesas.

Para o Primeiro Ministro sem ter explicado, diz que as pessoas não descontaram para as reformas que recebem. Muita coisa haveria a dizer sobre isto. Os sucessivos Governos não observaram aquilo que se foi passando na forma absurda como o problema das aposentações e das reformas foram sendo tratadas. Desde logo com a alteração da própria Lei da Função Pública, que exigia que as pessoas para se aposentarem tinham que ter trinta e seis anos de descontos e sessenta de idade, a partir do final dos anos oitenta começou apenas a ser necessário ter os trinta e seis anos de descontos, sabe-se lá porquê começamos a verificar reformas ainda antes dos cinquenta anos de idade, sem que políticos que estão agora aí na atualidade se tivessem preocupado minimamente com isso. Prosseguiram esse caminho errado, atribuindo pensões bonificadas, atribuindo pensões a cem por cento a quem tinha apenas trinta anos de descontos, nalguns casos pessoas que ainda não tinham sequer cinquenta anos de idade. Foi desta forma que os Fundos das Pensões foi sendo tratado ao longo do tempo.

Onde estão afinal os Social Democratas e a Social Democracia?



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

O QUE SE PODE ESPERAR DAS MEDIDAS PREVISTAS NO ORÇAMENTO DO ESTADO DE 2013?

Os cortes, reduções e alterações nos ordenados, pensões, reformas, subsídios e apoios sociais, a redução do investimento na saúde, educação e na segurança social, são indicadores do agravamento das condições de vida de centenas de milhares de famílias portuguesas que cada dia que passa, vão-se confrontando com maiores dificuldades.

A política prosseguida pelo Governo do PSD e CDS, assenta em princípios que não atingiram qualquer dos objetivos que preconizaram para a inversão da situação económica e social que o país atravessa; não só não manifestam qualquer vontade para inverter o percurso, como ainda persistem no mesmo caminho que conduzirá, inevitavelmente, ao agravamento do empobrecimento e da miséria.

Onde estão afinal os Democratas Cristãos e para que serve a sua doutrina?

O crédito mal parado aumenta atingindo valores muito elevados, o número de empresas que encerraram no decurso de 2012 ultrapassou todos os valores dos anos anteriores, o ritmo de extinção de sociedades disparou 33% até Setembro face ao mesmo período de 2011, o número de desempregados aumenta todos os dias, os subsídios de desemprego não abrangem metade dos desempregados, o número de utentes do serviço nacional de saúde tem vindo a diminuir, não porque os problemas de saúde estejam resolvidos ou ultrapassados mas porque há cada vez menor capacidade para pagar as taxas moderadoras e exames complementares.

AO CONTRÁRIO DO QUE O GOVERNO AFIRMA, NÃO SE VISLUMBRA LUZ NO FIM DO TÚNEL.

No contexto político atual qual é a posição do Presidente da República? Durante um longo período de tempo desapareceu, não se pronunciou sobre matérias decisivas que têm lesado



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

os portugueses e convocou, nos últimos dias, os principais responsáveis das instituições bancárias para ouvir as suas opiniões, como se dependesse deles as soluções para os graves problemas com que o povo português está confrontado. Relativamente à eventualidade do pedido de fiscalização preventiva do OE2013 pelo Tribunal Constitucional, não existem quaisquer indícios de que tal venha a acontecer, remetendo assim, mais uma vez, o PR para o apoio à maioria que o sustentou e à qual não manifesta qualquer vontade de questionar ou afrontar, em defesa dos interesses da maioria dos portugueses.

Apesar de toda a propaganda mediática e da tentativa do Governo do PSD/CDS para justificar as suas decisões, o povo português não acredita nas promessas que são apresentadas e tem manifestado de forma inequívoca, o seu profundo desagrado, descontentamento e repúdio e prosseguirá, a luta contra este Governo e esta política até à sua demissão.

A exigência no final de 2012 aponta para a demissão do atual Governo e para a realização de eleições antecipadas; existem razões para outro caminho diverso do atual como condição para trazer esperança aos portugueses num futuro de liberdade e condições sociais dignas.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária, em 18 de Dezembro de 2012, delibera:

- Saudar todas as iniciativas populares e manifestações que se têm intensificado durante o ano de 2012 e que prosseguirão, como expressões vivas do descontentamento e repúdio da política do Governo do PSD/CDS e contra o Orçamento do Estado de 2013;
- Lutar por outro caminho que passe pela demissão do Governo do PSD/CDS.
- Reclamar a realização de eleições legislativas antecipadas que conduzam à formação de um governo de esquerda, sem a austeridade imposta pela Troika, com um programa e uma



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

política que corresponda aos anseios e vontade da maioria das portuguesas e portugueses, na defesa dos direitos sociais e dos serviços públicos.”

7.4.4 - O Senhor Deputado Municipal Sérgio Taipas (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A - Moção/Deliberação sobre 16ª Mostra de Teatro de Almada e 40º Aniversário do GITT

Decorreu de 9 a 24 de Novembro passado a 16ª Mostra de Teatro de Almada, organizada anualmente pela Câmara Municipal de Almada e pelos Grupos de Teatro do Concelho, na sua grande maioria amadores.

Nesta sua edição de 2012, estiveram envolvidos cerca de vinte grupos de teatro intervindo em diversos espaços do concelho e congregando centenas de espectadores. A Mostra incluiu nesta edição oito criações em estreia. Uma vez mais, ficou patente a pluralidade de estéticas, linguagens, objectivos e métodos de trabalho próprios da diversidade dos grupos e seus criadores.

Decorrendo desde 1996, a Mostra de Teatro é a expressão viva das invulgares e persistentes vitalidade e riqueza do teatro no concelho de Almada, possíveis pela enraizada tradição associativa e por uma conjugação de factores que vão desde o empenho, formação e qualidade dos diretamente intervenientes à progressiva criação de públicos, existência de espaços culturais ativos que os acolhem e permanente apoio de uma estratégia coerente de política cultural ao nível dos órgãos autárquicos, com relevo para a Câmara Municipal de Almada. Trata-se de um processo em permanente movimento, recriador de próximos futuros: “a Mostra tem gerado partilhas e cumplicidades, afectos e sinergias. Muitos dos atuais participantes, organizadores e espectadores da Mostra, fizeram esta caminhada desde o início. Mas outros têm surgido ao longo do caminho, trazendo renovada diversidade e alento”.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A 16ª Mostra de Teatro incluiu um programa especial que deu particular relevo ao GITT (Grupo de Iniciação Teatral da Trafaria), assinalando os seus 40 anos de atividade.

O GITT foi fundado em 1972 como grupo de teatro amador independente, cujo estatuto se mantém, sediado desde sempre nos Recreios Desportivos da Trafaria, desde sempre apoiado pela Junta de Freguesia da Trafaria e pela Câmara Municipal de Almada.

A sua história revela um caso verdadeiramente singular no panorama do teatro amador em Portugal.

Pela continuidade da produção, com 375 espetáculos que contaram com mais de trinta e dois mil espectadores e foram apresentados no concelho de Almada, em muitas localidades do território nacional e em Luanda.

Pela participação em mais de trinta festivais de teatro amador, entre os quais se incluem todas as edições da Mostra de Almada, tendo sido premiado em 1993 no Festival de Teatro de Amadores promovido pela Câmara Municipal de Lisboa.

Pelo desenvolvimento de uma atividade de animação cultural em projetos que envolveram, para além do teatro, música, cinema, dança, poesia, exposições.

Pela capacidade de enquadrar e também formar figuras relevantes que enveredaram pelo teatro profissional.

Pela sua atitude perante o próprio modo de fazer teatro, resguardando o estatuto amador e independente, intervindo portanto sempre com amor e, ombreando com aqueles que, exigindo a si próprios rigor profissional, contribuíram e contribuem para a renovação e qualidade do teatro nas últimas décadas em Portugal.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em 18 de Dezembro de 2012:

1. Manifesta públicos reconhecimento e agradecimento ao GITT (Grupo de Iniciação Teatral da Trafaria) pela força do seu exemplo, pela qualidade do seu trabalho e pelo papel



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

relevante que ao longo de quatro décadas tem desempenhado na formação de criadores e públicos, marcando de modo significativo a história da cultura no concelho de Almada e com influência e repercussões a nível nacional.

2. Saúda todos os grupos intervenientes na 16ª Mostra de Teatro de Almada que, em diversas fases de maturidade dos seus percursos, deram mostras da sua coragem e esforço sempre exigidos na produção e criação teatrais e afirmaram a qualidade do seu trabalho viabilizando projetos de futuro e saúda a Câmara Municipal de Almada pela coerência do seu apoio sustentado.

B - Moção/Deliberação sobre Fundo de Apoio a Micro, Pequenas e Médias Empresas de Almada - Fundo Finicia Almada

No passado mês de Outubro, foi assinado um protocolo financeiro e de colaboração entre a Câmara Municipal de Almada, o BES, a Lisgarante, a Agência de Desenvolvimento Local Nova Almada Velha e o IAPMEI, com o objectivo de criar um fundo de apoio financeiro para micro, pequenas e médias empresas de Almada (Fundo Finicia Almada).

Trata-se de uma linha de apoio financeiro criada no âmbito do Gabinete de Apoio à Criação de Emprego e Captação de Investimento, num total de 500 mil euros para apoio a micro, pequenas e médias empresas, existentes ou em fase de criação no Concelho, visando projetos nos sectores da indústria, incluindo as de base tecnológica e criativa, turismo, lazer, comércio e serviços, que contribuam para o crescimento e desenvolvimento da atividade empresarial do concelho e para a criação de postos de trabalho.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em 18 de Dezembro de 2012, saúda a criação do Fundo Finicia Almada, como mais um projeto municipal que se constitui como significativo contributo para o desenvolvimento económico do Concelho, do seu tecido empresarial e da fixação de emprego.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

C - Moção/Deliberação sobre Abertura do Museu da Música Filarmónica em Almada

No passado 25 de Novembro foi inaugurado o Museu da Música Filarmónica, em Almada Velha, passando a integrar a rede de museus e equipamentos culturais do município.

O Museu situa-se na casa onde nasceu o maestro Leonel Duarte Ferreira, cuja casa em ruínas foi recuperada para a concretização de um novo espaço orientado por duas vertentes programáticas: “memória, singularidade e contemporaneidade da atividade filarmónica em Almada e homenagem à figura do maestro, transcritor e compositor Leonel Duarte Ferreira (1894 - 1951), protagonista transversal à dinâmica musical associativa no concelho e na região metropolitana”.

A obra, que se integra na candidatura “Almada Velha de Novo Centro”, recebeu apoio de fundos comunitários e implicou um investimento de 460 mil euros. Esta realização da Câmara Municipal de Almada vem contribuir para o aprofundamento da relação da cidade com a tradição enraizada há mais de século e meio e sempre presente da música filarmónica, como escola de formação musical e como produção e divulgação da música a todas as camadas da população.

Esta marca cultural, devendo ser relevada também a matriz popular da sua produção e vivência, continua a exprimir-se hoje na atividade das bandas filarmónicas centenárias, a cujo trabalho se deve em grande medida o sentido mais fundo da criação do próprio Museu: Sociedade Filarmónica Incrível Almadense, Academia de Instrução e Recreio Familiar Almadense, Sociedade Filarmónica União Artística Piedense e Sociedade Recreativa Musical Trafariense.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em 18 de Dezembro de 2012, associa-se à evocação do Maestro Leonel Duarte Ferreira, homenageia todos os que ao longo do último século e meio mantiveram e continuam a manter hoje bem viva em Almada a música



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

filarmónica e saúda a Câmara Municipal de Almada pela recuperação deste espaço de memória e intervenção cultural que é o Museu da Música Filarmónica.

D - Moção/Deliberação A energia na Terra chega para todos. Basta partilhá-la! - Prémio Curta-metragem CINANIMA 2012

A curta-metragem de animação “A energia na Terra chega para todos. Basta partilhá-la!”, realizada por José Miguel Ribeiro para a Câmara Municipal de Almada, recebeu o “Prémio para a Melhor Curta-Metragem - Competição Internacional” , na secção de “Publicidade e Informação”, no 36º Festival Internacional de Cinema de Animação (Cinanima), que decorreu em Espinho, entre 12 e 18 de Novembro passado.

Trata-se de um prémio muito relevante, que decorre do enorme prestígio do Cinanima, Festival a que se candidataram 950 filmes de todo o mundo, nesta edição de 2012, tendo “A energia na Terra chega para todos. Basta partilhá-la!” sido o único filme português selecionado para a competição internacional na categoria ‘Publicidade e Informação’, que veio a ganhar.

A mensagem deste filme expressa, de forma simples e universal, como a utilização da energia tem de ser melhor repartida agora e no futuro, num contexto de profunda preocupação ambiental.

Realizado para a Câmara Municipal de Almada, em parceria com a Agência Municipal de Energia de Almada, estreou-se no Fórum 21 da Criança em Almada, a 6 de Junho de 2012 e foi projetado, entre outras ocasiões, no Congresso Mundial das Cidades (ICLEI), no XVIII Cine-Eco, Festival de Cinema Ambiental da Serra da Estrela e na Conferência Mundial para o Desenvolvimento Sustentável Rio+20, onde Almada participou, tendo sido entregue uma cópia ao Secretário-Geral da ONU, como mensagem que as crianças



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

participantes no projeto Agenda 21 da Criança de Almada quiseram transmitir aos líderes mundiais.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em 18 de Dezembro de 2012, releva a importância pedagógica de “A energia na Terra chega para todos. Basta partilhá-la!” para a defesa do ambiente à escala planetária, inserida no contexto da construção de uma sociedade mais justa, e saúda o cineasta José Miguel Ribeiro e a sua equipa, a Câmara Municipal de Almada e a Agência Municipal de Energia de Almada, pela sua realização e pelo seu sucesso.”

7.4.5 - O Senhor Deputado Municipal Nuno Pinheiro (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação sobre Autocarro 753 da Carris

O autocarro 753 da Carris que liga o Centro Sul à Praça José Fontana tem sido um meio de transporte com uma adesão crescente dos que residindo no Concelho de Almada se deslocam para Lisboa. Este autocarro é o único da Carris a fazer ligação com o Concelho de Almada, estando integrado na rede de transportes de Lisboa, e nos passes Carris Rede e posteriormente Navegante Rede.

Este autocarro não funciona aos fins de semana, sendo a sua circulação reduzida fora de horas de ponta.

Ao longo deste ano esta carreira tem vindo a prestar um serviço de menor qualidade, sendo frequentes (pelo menos uma vez por semana) os autocarros suprimidos, alegadamente devido a avarias;

A capacidade de resposta, em especial no sentido Lisboa-Almada depois das 17h30m também se revela insuficiente para a procura, circulando com frequência autocarros acima da sua lotação máxima;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Utilizando a Carris, nesta carreira, os autocarros mais antigos da sua frota (com mais de 15 anos), as condições de segurança e conforto ficam aquém do exigível, estando os sistemas de climatização sistematicamente avariados, chovendo dentro de algumas viaturas, além das avarias frequentes.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida a 18 de Dezembro de 2012 exige:

- Aumento da frequência desta carreira em horas de ponta de forma a dar resposta à procura;
- Que se realizem estudos sobre a possibilidade de aumento de frequência fora das horas de ponta e a introdução da carreira aos fins de semana;
- Renovação da frota, de forma a resolver os problemas de fiabilidade, segurança e conforto.”

7.4.6 - A Senhora Deputada Municipal Ana Salvado (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação sobre Prémio Máxima de Literatura a Magda Pinheiro

O prémio Máxima de Literatura (Prémio Especial do Júri) foi atribuído à historiadora Magda Pinheiro, pela sua obra *Biografia de Lisboa*.

Natural de Almada (Margueira), Magda Pinheiro doutorada em História pela Universidade de Paris I/Panthéon - Sorbonne, é professora catedrática de História no ISCTE/IUL (Instituto Superior de Trabalho e da Empresa/ Instituto Universitário de Lisboa) e presidente do CEHC.(Centro de Estudos de História Contemporânea), sendo autora de uma vasta obra de que se destacam os trabalhos sobre História Urbana e de Caminhos-de-ferro.

É igualmente membro da Association Française des Historiens Economistes, da Associação de História Económica e Social, do Centre for Urban History da University of Leicester, do Conselho Consultivo da Fundação Passos Canavarro “Ciência, Cultura e Democracia”, do



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Conselho de Consultores da Revista Transportes, Servicios y Comunicaciones e do Conselho de Diretores da Associação Internacional Para a História e o Património Ferroviário.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida a 18 de Dezembro de 2012, congratula-se com a atribuição deste prémio à conceituada historiadora almadense.

Percurso académico e profissional:

Nasceu em Almada 1950.

Completo o 1º ano e frequentou o 2º e o 3º ano do curso de Pintura na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, entre 1968 e 1970.

Obteve o *Diplôme Universitaire d'études Littéraires*, em História e Geografia, na Universidade de Paris I / Panthéon - Sorbonne, em 1973.

Concluiu a *Licence des lettres* em História e Geografia, na Universidade de Paris I / Panthéon - Sorbonne, em 1974.

Mestrado em História com a dissertação *L'Introduction des chemins de fer au Portugal*, sob a orientação de Pierre Vilar (então presidente do Institut d'Histoire Economique et Sociale fundado por Marc Bloch) na Universidade de Paris I / Panthéon - Sorbonne, 1975

Frequentou os seminários de Pierre Vilar «Nation et Luttes de Classes», em 1973/74, e «Dépendance et Développement», em 1974/75, na École des Hautes Études en Sciences Sociales.

Entrou no ISCTE como Assistente Convidada, em 1976.

Investigadora do CEHCP desde 1976, instituição da qual foi presidente da direção entre 1990/91 e 1993/2003.

Equivalência ao *Diplome d'Études Approfondis* e inscrição para Doutoramento de terceiro ciclo na Universidade de Paris I / Panthéon - Sorbonne, em 1982. Posterior transição para o *Doctorat de Nouveau Régime*.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Membro da redação da Revista *Ler História* desde 1983. Diretora Adjunta da mesma desde 2001.

Doctorat Nouveau Régime com a dissertação *Chemins de fer, Structure Financière de l'Etat et Dépendance Extérieure au Portugal (1850/1890)* sob a orientação professor Jean Bouvier (então presidente do Institut d'Histoire Economique et Sociale), na Universidade de Paris I / Panthéon - Sorbonne, em 1987.

Professora Auxiliar Convidada no ISCTE, em 1987. Passa a Professora Auxiliar em 1989, recebendo em 1994 a sua nomeação definitiva. Professora auxiliar com agregação em 1997.

Membro da Association Française des Historiens Economistes, da Associação de História Económica e Social, do Centre for Urban History da University of Leicester, do Conselho Consultivo da Fundação Passos Canavarro "Ciência, Cultura e Democracia", do Conselho de Consultores da Revista Transportes, Servicios y Comunicaciones e do Conselho de Directores da Associação Internacional Para a História e o Património Ferroviário

Professora Associada com agregação no departamento de História Contemporânea do ISCTE desde 2000.

Principais obras publicadas

Studies in revues with referees and classed in international Index

2005- "O subúrbio entre o arrabalde antigo e a metrópole: identidade e temporalidade- os territórios do urbano", *Ler História*, n.º 48, pp.11/32.

2004- With Henk Van Dijk; "The changing face of European ports as a result of their evolving use since the nineteenth century", *Portuguese Journal of Social Science*, vol. 2, nº. 2.

2006- "Encounters and disencounters in the transport system on the South Bank of the Tagus Estuary: On the difficulties of establishing intermodal transport in a region", *Transportes Servicios y Telecomunicaciones*, n.º 10, Julio 2006, pp. 76-94.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

2011- with Nuno Miguel Lima and Joana Paulino; “Espaço, Tempo e Preço dos Transportes: A utilização da Rede Ferroviária em Finais do Século XIX”, *Ler História*, nº 61, pp.39-64.

2011- with Maria João Vaz; “Lisboa entre a Regeneração e a República: saberes, profissões e desafios”, *Politeia: História e Sociedade*, v. 9, Dossiê: Saberes Urbanos, Organização de Amílcar Torrão Filho.

Book chapters

2008- “French investors in Portuguese railways 1856-1884: three cases”, in Ralf Roth, ed. *Across the Borders*, Ashgate, 2008, pp.129/146.

2009- “Lisbon - From the Nineteenth Century Capital city to the Metropolis: The Role of Transport Networks”, in Ralf Roth, *Städte im europäischen Raum, Verkehr, Kommunikation und 19. und 20.Jahrundert*, Stuttgart, pp. 87-26.

2011- “A Construção dos Caminhos de Ferro em Portugal”, in João Mascarenhas Mateus, *História da Construção em Portugal, Alinhamentos e Fundações*, Coimbra, p.127 -155.

2011- “The Making of a Metroplis in a Developing Country: Lisbon, 1950-2000”, in Lars Nilsson(ed.), *The Comming of the Post-Industrial City, Challenges and Responses in Western European Urban Development since 1950*, pp. 135-146,Stockholm.

Dictionary Entries

2010- «Metrópole», in Christian Topalov, *L’Aventure des Mots de La Ville - Dictionnaire Historique plurilingue*, Robert Lafont, Paris, pp. 753/756.

2010- «Município», in Christian Topalov, *L’Aventure des Mots de La Ville - Dictionnaire Historique plurilingue*, Robert Lafont, Paris, pp. 798/801.

2010-«Subúrbio », in Christian Topalov, *L’Aventure des Mots de La Ville - Dictionnaire Historique plurilingue*, Robert Lafont, Paris, pp. 1179/1201

Books



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

2011- Biografia de Lisboa, Lisboa, edição Esfera dos Livros, pp. 509.

2008- Cidade e Caminhos de Ferro, Lisboa, edições CEHCP.

2005- Passos Manuel, Discursos parlamentares, Vol. II, Lisboa, AR, pp. 717.

Co-Editor of special issues of revue and books

2005- Cidades e Espaços Urbanos, Ler História, nº.48, (with Frédéric Vidal).

(Retirado da página do CEHC).”

7.4.7 - O Senhor Deputados Municipal Sérgio Taipas (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação sobre Mega Agrupamentos de Escolas

Em Abril passado, a Assembleia Municipal de Almada aprovou uma moção contra a imposição coerciva de mega-agrupamentos, cujos dois primeiros parágrafos, a seguir, se transcrevem.

“O Ministério da Educação e Ciência deu início a procedimentos que visam a imposição da generalização a todo o país da criação de mega agrupamentos de escolas, por meio do que designa “agregações” e que têm por objectivo a articulação vertical dos diferentes níveis e ciclos, do pré-escolar ao 12º ano, em mega unidades administrativas, que indiciam o tecto referencial de 3050 alunos, ao arrepio do que são as práticas nos países com sistemas educativos mais eficientes e de melhor qualidade, e cuja entrada em funcionamento é pretendida já para o ano lectivo de 2012/2013.

Nas reuniões em curso, promovidas pelas direcções regionais com os diretores de escolas e com as autarquias, é apresentado o argumento da sequencialidade pedagógica, a par da pseudo racionalização e eficiência da gestão de recursos, que um pouco por todo o lado tem vindo a justificar a extinção e a perda de qualidade de serviços públicos, o desemprego crescente e a progressiva destruição das prestações sociais. Nessas reuniões, nomeadamente na que se realizou em Almada, é patente que, tal como na lei que extingue freguesias,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

também aqui a possibilidade da palavra que é concedida às comunidades educativas locais fica confinada ao contributo de executar uma política previamente definida e imposta.”

No passado dia 12, o Diretor Regional da Educação convocou os diretores das escolas para uma reunião em que também esteve presente a Câmara Municipal e na qual tentou coagir os presentes a apresentarem-lhe uma proposta de mega agrupamentos, ali, no momento. Não tendo tido sucesso na tarefa, lançou o ultimato para que esta lhe fosse apresentada 48 horas depois. Trata-se de um procedimento, extensivo a todo o país, que agrava a total falta de respeito pela comunidade educativa e que merece o mais vivo repúdio.

Por manterem toda a atualidade e relevância, aqui se transcrevem e reafirmam os pressupostos e argumentos que fundamentaram a deliberação da Assembleia Municipal no passado 19 de Abril de 2012.

“São as Cartas Educativas instrumentos de planeamento e ordenamento dos equipamentos educativos, devendo responder à optimização de recursos e às perspectivas de desenvolvimento, articulando necessidades presentes e identificando as futuras em função da evolução das populações escolares. Qualquer processo sério de reordenamento da rede educativa deve enquadrar-se num quadro de revisão das cartas educativas, cuja responsabilidade é atribuída em lei aos municípios, sendo necessário clarificar as responsabilidades do MEC no que respeita a princípios orientadores e financiamento, assim como a articulação deste processo entre MEC, escolas e municípios.

A experiência já em curso de funcionamento de agrupamentos verticais de escolas, do pré-escolar ao 9º ano, não evidencia a sua adequação à escolaridade de doze anos, do mesmo modo que não é lícito daí inferir uma relação causal com o sucesso escolar real, devido, isso sim, a práticas pedagógicas diferenciadas, colocação ou reforço de técnicos especializados e promoção de programas de combate ao abandono.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Igualmente, o princípio da sequencialidade e a invocada “coerência do projeto educativo e da qualidade pedagógica” não tem qualquer sustentação, sobretudo considerando a compatibilização entre as opções individuais de cada aluno e a oferta das escolas do ensino secundário.

A estabilidade da organização administrativo-financeira dos agrupamentos verticais já existentes em Almada ainda não foi conseguida, verificando-se, *a contrário*, dificuldades sérias no arranque do ano lectivo por ausência de recursos. Nada demonstra, portanto, a invocada “racionalização da gestão de recursos humanos e materiais das escolas”.

Não existe qualquer coerência de projeto pedagógico quando escolas são coercivamente agregadas, sem qualquer garantia de identidade pedagógica e cultural, com elevadíssimo número de alunos dispersos por diversos estabelecimentos de ensino, dificuldades acrescidas de gestão pedagógica e disciplinar, despersonalização das relações, num quadro de insuficiência já crónica de pessoal docente e não docente que se agravará, com consequências óbvias na qualidade do serviço prestado. Neste sentido se pronunciou o Conselho de Escolas “incentivando a tutela a rever o processo de agregações” já em curso.

Não se vislumbram portanto outros “princípios orientadores” de reordenamento da rede escolar que não sejam a redução da despesa, sem qualquer preocupação pela qualidade ou respeito pelas componentes educativo/pedagógicas que são a razão de ser das escolas. Assim, a concentração de mega agrupamentos, ao arrepio dos ensinamentos da experiência e das práticas em sistemas educativos mais avançados do que o nosso, é uma aberração pedagógica, quer pelas disfuncionalidades imediatas que introduzem no sistema, quer pelo progressivo afastamento das comunidades educativas dos processos participativos e construtivos da relação ensino-aprendizagem, quer ainda pela correlacionada diminuição



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

drástica dos tempos imprescindíveis à produção da qualidade pedagógica, ao sucesso educativo real (e não fabricado) e ao clima relacional e à disciplina nas escolas.

Estas medidas administrativas e autoritárias não geram uma racionalidade de custos, mas mais um desinvestimento na escola pública que a médio prazo ficará caríssimo ao país; não promovem oportunidades e solidariedades educacionais, antes aceleram desenraizamentos e assimetrias sociais; não racionalizam recursos humanos, antes prescindem de meios necessários ao processo educativo e agravam pela precariedade e desemprego a situação social; não melhoram a qualidade do ensino e do sucesso real, mas criam dificuldades acrescidas às crianças e aos jovens vítimas destas situações.

A progressiva perda da relevância da educação como direito constitucional de todos os cidadãos e como alavanca essencial ao desenvolvimento do país é consequência, por um lado, de uma miopia economicista de conjuntura e, por outro lado, de deliberado desinvestimento na escola pública, quotidiana desresponsabilização do Estado e mercantilização da educação.”

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em 18 de Dezembro, exprime enorme preocupação com as consequências negativas deste processo e reafirma e reforça a deliberação do passado 19 de Abril:

1. Manifesta-se pela imediata suspensão deste processo inoportuno, desadequado e coercivo de constituição de mega agrupamentos, agravado pela intenção de implementar medidas a meio de um ano lectivo.
2. Considera que qualquer processo de reordenamento da rede educativa/escolar deve realizar-se no respeito pelos interesses da educação, pela equidade, pelo estatuto constitucional e administrativo das autarquias e pela imprescindível cooperação genuína das escolas e da comunidade educativa.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

3. Repudia estas medidas e todas as outras que têm vindo a contribuir para o desmantelamento da escola pública e para o empobrecimento da resposta educativa, profundamente injusta em si mesma, numa visão economicista míope, que compromete o nosso desenvolvimento futuro.
4. Reafirma a necessidade de garantir a qualidade da escola pública, exigindo que o Estado cumpra o seu papel, assumindo como tarefa central e urgente o reforço do investimento no sistema público de ensino e a adopção de medidas de política educativa que garantam os direitos de acesso e sucesso dos cidadãos e se afirme como recurso estratégico essencial para o desenvolvimento do País.”

7.4.8 - O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O trabalho realizado pelas várias entidades de cariz social e humanitário em prol e na ajuda às populações é, de todo, reconhecido tendo em conta o verdadeiro e inquestionável papel que têm para a sociedade nomeadamente junto de quem mais precisa.

Como tem vindo a ser hábito desde a sua fundação, o Banco Alimentar Contra a Fome cumpriu, mais uma vez, o seu dever de auxiliar aqueles que com mais carências e dificuldades enfrentam o dia-a-dia.

São atitudes nobres como estas, ainda por mais em tempos muito difíceis, que milhares de voluntários onde o concelho de Almada não é exceção, se juntam em torno de um único objectivo, ajudar o próximo. A recolha de mais de duas mil toneladas de bens alimentares efectuada no início do presente mês pelo Banco Alimentar Contra a Fome espelha bem a solidariedade o sucesso de mais uma iniciativa conjunta e solidária que mesmo com uma conjuntura menos favorável soube responder positivamente.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Assim sendo, reconhecendo o seu trabalho realizado junto da comunidade, a Assembleia Municipal de Almada reunida a 18 de Dezembro de 2012 na freguesia do Laranjeiro, delibera: apresentar um Voto de Louvor ao Banco Alimentar Contra a Fome tal como aos milhões de portugueses incluindo os muitos Almadenses, que contribuíram na ajuda imprescindível na doação de alimentos como aos muitos voluntários que colaboraram na sua recolha em mais uma ação de solidariedade.”

7.4.9 - O Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Pereira (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Algumas palavras sobre as Moções em apreço para dizer o seguinte, o Bloco de Esquerda vota favoravelmente as Moções apresentadas pela CDU e pelo Partido Socialista e faz aqui alguns reparos à Moção apresentada pelo PSD, que tem a ver com o seguinte, quando começam os considerandos a Moção diz que por exemplo em sede de Comissão Eventual. Portanto, como os Srs. sabem a Comissão Eventual é uma coisa que cria, para tratar de um assunto. Não existe nenhuma Comissão Eventual para que se possa por exemplo abordar estas temáticas, do nosso ponto de vista não faz sentido colocar a coisa desta forma. Depois parecem-nos situações vagas e que são da competência do Executivo. Quer dizer, contudo não merece o nosso voto contra esta Moção, nós não vamos votar contra esta Moção, mas não estamos com muita clareza para que se vote favoravelmente. Achamos que é um bocado dúbio a Moção, era um bom tema para nós discutirmos nas reuniões de representantes que às vezes resumem-se só a ver os tempos, são bons assuntos para se discutir e até para chegar a conclusões um pouco mais aprofundadas.

Mas o que eu queria dizer era algumas palavras sobre a Moção que o CDS aqui apresenta.

O CDS gosta de apresentar Moções que falem do problema das pessoas que têm fome e das iniciativas que existem para matar a fome às pessoas. Nós não vamos votar contra esta



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Moção, também não vamos votar a favor e muito menos nos vamos abster sem dizer nada. Porquê? Porque o que nós gostaríamos era estar aqui a aprovar um Louvor ao Governo que acabasse definitivamente com a necessidade de ter bancos alimentares contra a fome, sobretudo dirigidos por pessoas que fazem declarações completamente absurdas acerca dos hábitos das pessoas, que estão mal porque querem comer bife todos os dias, ou porque lavam os dentes com a água a correr, gastam muita água para lavar os dentes. Ou até que gostam mais da caridade do que da solidariedade. Gosta mais da caridade do que da solidariedade, que é absolutamente contrário ao espírito de um País como o nosso, um espírito que prima essencialmente pelo espírito da solidariedade. São coisas completamente diferentes. O que este pensamento pretende é perpetuar o problema da dependência económica de uma camada grande das pessoas da nossa população. Ou seja, o que estes pensamentos pretendem é perpetuar que uma parte considerável da nossa população ande de mão estendida, à espera que uns quantos deem aquilo que não precisam. Porque já agora compreendem o seguinte o trabalho realizado pelas várias entidades de cariz social, não é o espírito de entrega da população portuguesa a contribuir voluntariamente e espontaneamente para minimizar os problemas dos outros. Não é esta entidade de cariz social é que faz isto. Eu acho que estas Moções são uma vergonha, fazer bem sem olhar a quem, fazer bem e ponto final. Agora, andamos aqui a passear com as Moções, a dar louvores a instituições que na maior parte dos casos deixam passar os prazos das coisas e não as entregam nas devidas condições. Então vamos fechar os olhos a estas coisas e vamos ficar todos satisfeitos em apresentar votos de louvor, a recolher alimentos para dar às pessoas que andam aí a passar mal? Tenham mas é vergonha, tenham mais é vergonha e aprovelem políticas neste País que permitam às pessoas comprar a comida que querem comer. E ter o seu trabalho e ter a sua dignidade, que isso é que interessa. Apliquem-se nisso, vocês



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

disseram uma coisa e estão a fazer outra. Apanharam-se no Governo, andaram a dizer uma coisa e agora estão a fazer outra. Onde é que está a vossa solidariedade? Agora trocaram-na por caridade. Mas nós não queremos caridade, o Bloco de Esquerda não quer caridade. E por isso não podíamos deixar de fazer estes comentários aqui.”

7.4.10 - O Senhor Deputado Municipal Miguel Salvado (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Não era para pedir a palavra, mas pedi por um motivo muito simples. Eu não consigo compreender essa intervenção do Sr. Deputado Municipal do Bloco de Esquerda. Eu durante muitos anos fui voluntário no Banco Alimentar contra a fome no Distrito de Setúbal, em Palmela. Trabalhei lá centenas de horas e sinceramente acho ridículo aquilo que o Sr. agora disse. Uma coisa é nós discordarmos das políticas nacionais e aí temos todo o direito e poderíamos estar aqui uma noite inteira a falar disso se fosse necessário. Porque nós sabemos perfeitamente a situação em que o País está e obviamente quem toma as decisões tem grande dificuldade nas decisões que toma e muitas vezes também em explica-las. No entanto, uma coisa é a política nacional que se tem feito, outra coisa é a política que esta instituição faz há muitos anos e ainda bem que a faz. Porque só quem não conhece o Banco Alimentar Contra a Fome é que pode dizer como o Sr. diz que dão comida fora do prazo.

Só quem não conhece o que lá se passa, onde milhares de pessoas passam, e eu só falo do Banco Alimentar do Distrito de Setúbal que é aquele que eu conheço bem, muito bem. Acho inadmissível e um insulto, porque quem dá a comida sabe que essa comida é bem reencaminhada independentemente Sr. Deputado, independentemente de ser caridade ou não. Agora é mais uma forma de matar a fome a realmente quem tenha. E isso é que é inadmissível. Porque as pessoas se dão, sabem porque confiam. Sabem que dão àquela instituição porque chega a quem precisa. Uma coisa é as políticas nacionais e podíamos estar



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

aqui a noite toda a discutir. Outra coisa é este bem que se faz. E independentemente das declarações que possam ser dadas pela Presidente, se calhar uns concordam outros não concordam, o que interessa é o objeto social. Também muita coisa é feita em certas instituições do nosso Concelho com as quais nós não concordamos, mas notamos e conhecemos o trabalho meritório social que é feito. E ali passa-se exatamente o mesmo. Eu acho que é triste e esperava e espero que um dia Almada e sei que há essa vontade, haja ainda uma delegação que também ajude em Almada do Banco Alimentar Contra a Fome, porque todos a ajudar somos sempre poucos. Agora essa sua visão de os bons e os maus, eu interessa-me é que a comida chegue realmente a quem precisa, eu felizmente não preciso e dou. Sr. Deputado tem limites, porque as pessoas quando recebem a comida também lhes sabe bem, e nós podemos dar, damos mas devemos pensar também como é que devemos tirar aquelas pessoas dessa miséria. São situações diferentes.”

7.4.11 - O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Para clarificar a posição da CDU relativamente à Moção de “Apoio ao Empreendedorismo apresentada pelo PSD Incrédulos, quero confessar-vos, foi como ficámos na CDU quando recebemos e lemos o conteúdo desta proposta de moção que hoje nos é apresentada pelo PSD.

O que pretende propor-nos o Partido Social Democrata com este texto, no concreto? Diz o próprio PSD que pretende “mais atenção à promoção do investimento” - está logo no título.

A verdade, porém, é que lido com atenção todo o texto que nos é proposto, concluímos sem dificuldades que nos confrontamos com uma mera tentativa de branqueamento das responsabilidades políticas do próprio PSD, assente num verdadeiro poço de contradições,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

pleno de meias verdades, por um lado, e mentiras completas por outro lado, que não podem naturalmente merecer outra posição senão a nossa veemente rejeição.

- Com este texto o PSD tenta apresentar-se aos olhos de todos nós como uma “virgem inocente”:
- Como se não fosse o principal partido da coligação que governa o país;
- Como se não fosse o principal responsável pelo descalabro económico a que Portugal está a ser conduzido;
- Como se não fosse o principal responsável pela aplicação de uma violentíssima política de asfixia absoluta dos trabalhadores e dos que menos têm, em favor das grandes fortunas, daqueles que mais têm;
- Como se não fosse o principal responsável pelo agravamento dramático das assimetrias sociais que criam neste país um fosso cada vez mais profundo entre os que tudo têm e aqueles a quem apenas é permitido sobreviver em condições mais que miseráveis, e tantas vezes nem isso.

O PSD pretende apresentar-se aqui, hoje, como se não tivesse quaisquer responsabilidades pelo brutal aumento do desemprego em Portugal - que é já o terceiro maior entre os parceiros europeus e o terceiro também entre os países membros da OCDE, e que atingiu em Outubro o valor (oficial) insuportável de 16,3% -, como se não tivesse quaisquer responsabilidades no igualmente brutal aumento do número de insolvências e falências de empresas em todos os ramos da atividade económica nacional, como se não fosse o responsável primeiro pela brutal degradação da qualidade de vida dos Portugueses e das Portuguesas em geral, submetidos à mais violenta agressão de que há memória no quadro da Democracia Portuguesa.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

O PSD pretende apresentar-se hoje, aqui, como se não fosse o principal responsável pela degradação das condições económicas e sociais também no nosso Concelho, como se não fosse o principal responsável pela destruição do tecido económico e social de que a inaceitável situação em que colocou o Arsenal do Alfeite e os seus trabalhadores corresponde, apenas, a um dos muito tristes e lamentáveis exemplos concretos das nefastas consequências que resultam do prosseguimento da aplicação da política de ruína imposta pelo PSD no nosso País e ao nosso Concelho.

Mas o PSD pretende igualmente apresentar-se hoje e aqui aos nossos olhos como se tivesse descoberto, agora e de repente, a solução milagrosa para os problemas que nos afligem.

Vem, com desfaçatez indisfarçável, propor-nos “mais atenção à promoção do investimento”, e traduz essa proposta em quatro objectivos de difícil compreensão, a concretizar pelo executivo municipal: propõe-nos a promoção urgente de uma discussão pública da temática Promoção do Investimento e Apoio à Criação de Emprego; propõe-nos a adequação das ações, de forma coordenada, procurando sinergias entre todos os atores locais nesta temática; propõe-nos que o executivo inscreva no seu quotidiano formas de medir e apresentar os resultados de uma linha política EMPREGO E EMPREENDEDORISMO, aos cidadãos de Almada; e propõe-nos ainda que todos os empresários e atores da rede educativa local sejam convocados na procura de um programa de apoio à sensibilização para o empreendedorismo, para a restauração das capacidades e referências que povoaram a história empresarial do nosso Concelho.

Perante estas propostas resta-nos retirar uma conclusão: o PSD não leu, ou se leu não compreendeu, ou ainda não quis compreender, a proposta de Opções do Plano e Orçamento para 2013 que o executivo municipal apresentou, proposta que o PSD rejeitou com o seu voto contra na discussão havida em sede de Câmara Municipal.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Porque aquilo que o PSD aqui nos pretende propor está tudo, absolutamente tudo, contido na proposta de Opções do Plano e Orçamento para 2013. Para a CDU - como certamente para os cidadãos em geral - é incompreensível como o PSD rejeita antes exatamente aquilo que aparenta vir propor depois. Esta é uma postura política incompreensível e, obviamente, inaceitável e intolerável.

Para que não subsistam dúvidas sobre o que dizemos deixamos registadas as Linhas de Orientação que não apenas incorporam aquilo que o PSD nos propõe, como vão muito mais longe no estímulo à atividade e desenvolvimento económico do nosso Concelho, Linhas de Orientação que se traduzem em múltiplas atividades concretas por parte dos Serviços Municipais, e que possuem o indispensável enquadramento e cobertura orçamentais à sua plena concretização durante o exercício de 2013:

- Linha de Orientação 1.5 (dedicada ao desenvolvimento das Áreas de Reabilitação Urbana);
- Linha de Orientação 1.7 (dedicada ao projeto estruturante e essencial do Arco Ribeirinho Sul);
- Linha de Orientação 1.8 (dedicada à exigência de concretização plena do Programa Polis da Costa da Caparica);
- Linha de Orientação 1.9 (dedicada à promoção do Turismo enquanto factor determinante para o desenvolvimento económico do Concelho);
- Linha de Orientação 1.10 (dedicada à captação de investimento);
- Linha de Orientação 1.11 (dedicada à aposta num Concelho polinucleado e ao investimento em diversas centralidades);
- Linha de Orientação 1.12 (dedicada no essencial ao estímulo ao comércio tradicional);
- Linha de Orientação 1.14 (dedicada ao estímulo ao crescimento do investimento na formação superior, investigação e novas tecnologias);



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- Linha de Orientação 1.15 (dedicada aos incentivos fiscais às indústrias e ao turismo, à captação de investimento - GACECI - ao FINICIA/Almada);
- Linha de Orientação 1.16 (dedicada essencialmente ao estímulo à constituição de novos ninhos de empresas);
- Linha de Orientação 1.18 (dedicada à regeneração urbana);
- Linha de Orientação 1.19 (dedicada à participação de Almada no novo Quadro Estratégico Comum da União Europeia 2014/2020);
- Linha de Orientação 1.20 (dedicada à exigência junto do Governo da República que assuma as suas responsabilidades próprias - que tem sonogado - em matéria de estímulo e apoio ao desenvolvimento social e económico do nosso Concelho);
- Linha de Orientação 6.15 (dedicada à cooperação do Município com Universidades e Escolas Superiores Politécnicas, Institutos Científicos e Centros de Investigação, Associações Empresariais, Juntas de Freguesia, Agentes Turísticos e Instituições Sociais do Concelho, desenvolvendo e concretizando protocolos e acordos de interesse recíproco);
- Linha de Orientação 6.16 (dedicada ao aprofundamento do trabalho em articulação com as Agências de Desenvolvimento Local);
- Linha de Orientação 6.17 (dedicada ao desenvolvimento do Plano Estratégico de Valorização e Desenvolvimento do Turismo).

E poderíamos aqui referir muitas outras Linhas de Orientação das nossas Opções do Plano para 2013 com tradução, sublinhamos com ênfase, no Orçamento igualmente proposto. Porque de facto, todas elas visam, de forma sustentada, clara e assumida, atingir os objectivos de desenvolvimento que, há três décadas e meia, a CDU assume como desígnio municipal em Almada.

Pelo exposto iremos, naturalmente, rejeitar a proposta do PSD.”



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

7.4.12 - A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Duas palavras. Gostaria de deixar aqui relativamente à proposta que nos é apresentada, que vos é apresentada, mas que naturalmente sigo com muita atenção, o que os Srs. Deputados Municipais aqui apresentam e decidem relativamente ao Centro de Cuidados Continuados de Saúde do Hospital Garcia de Orta, ou seja da Liga dos Amigos do Hospital Garcia de Orta.

Gostava de deixar algumas notas, de facto trata-se de um projeto com uma longa caminhada, de difícil concretização, começada há muitos anos, mas que enfim por teimosia dos seus protagonistas e também em conjugação com a sua autarquia e diligenciando sempre e sempre junto dos diferentes Governos para que o projeto pudesse, viesse a ter concretização, finalmente chegamos ao momento que se anuncia abrir portas e começar a funcionar. Gostava de deixar nota de que da parte da Câmara acompanhamos desde o início este projeto com todo o empenho. Gostava de vos dizer a todos que o programa modelar atribuiu setecentos e cinquenta mil euros à construção deste equipamento que tem milhões, muitos milhões de euros de investimento e que a nossa autarquia entre o apoio financeiro e a isenção das taxas de urbanização apoiou bastante mais este Centro de Cuidados Continuados de Saúde do que o próprio programa modelar. Na medida em que do ponto de vista financeiro o apoio da Câmara ultrapassou um milhão de euros além de ter decidido doar, fazer cedência de direito pleno do terreno no seu conjunto por forma a que a instituição pudesse recorrer ao crédito bancário. Porque se fosse apenas uma cedência de terreno e direito de superfície a instituição não tinha conseguido obter financiamento bancário porque não tinha terreno para hipotecar.

Portanto, queria deixar estas notas, e também dizer que acho que é importante que o Governo considere e garanta a máxima utilização do Centro de Cuidados Continuados de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Saúde, estamos a falar do Garcia de Orta, no quadro do Serviço Nacional de Saúde, penso que obviamente o financiamento é uma questão importante, mas o maior financiamento que o Governo pode dar a este equipamento é considera-lo no quadro do Serviço Nacional de Saúde e garantir a máxima utilização com todos os acordos absolutamente fundamentais entre o Ministério da Saúde e a gestão do Centro de Cuidados Continuados de Saúde para que ele possa cumprir maximamente a sua missão e com naturalmente, equilíbrio financeiro ao nível da sua gestão, mas sobretudo resultados consideráveis para a saúde.

A rede de cuidados continuados de saúde é importante que prossiga, estivemos na vanguarda a nível das instituições com o seu Poder Local apresentando projetos, eles estão praticamente a entrar em funcionamento e aquilo que disse aqui para a Liga dos Amigos do Hospital Garcia de Orta, também digo para a Cooperativa Almadense de Solidariedade Social.

Em relação à Moção apresentada pelo PSD, eu também gostaria de deixar algumas considerações. Eu considero que de facto estas matérias são muito sérias e devem merecer de todos uma forma muito rigorosa de abordagem. Modelo de crescimento e desenvolvimento do nosso País, foi interrompido e foi interrompido nos anos oitenta e nos anos noventa, todos sabemos disso. Não foi Almada, foi o País. E infelizmente nós temos em Almada muitas chagas. Nós vimos fechar a Companhia Portuguesa de Pesca; a Sociedade de Reparação de Navios, a Parry & Son, a Lisnave, a Moagem, ou seja um Concelho industrial, modelo de desenvolvimento do nosso Concelho, do nosso País, baseava-se de uma forma muito forte, muito consistente e maioritariamente na produção, na agricultura, nas pescas, nas indústrias, E o que nós verificamos e o que nós assistimos foram políticas que levaram à ruína, que levaram ao encerramento de empresas, deixando a fome, quem não se lembra, os anos oitenta e principalmente dos anos noventa a fome no Distrito de Setúbal. E essa fome deveu-se a essas políticas desastrosas, essas políticas que naturalmente deixaram grandes



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

problemas para as famílias, para as populações, para as novas gerações, mas que deixaram um País completamente arruinado. E aquilo que se passa hoje no nosso País, e aquilo de que hoje se houve falar, de industrialização, de falta de produção e hoje dizendo-se que é preciso voltar a isso tem causas e causas profundas e responsáveis. E eu queria deixar aos Srs. Deputados uma nota que me parece fundamental porque nesta proposta e não vou tecer grandes considerações sobre o seu conteúdo, mas queria aqui avivar as memórias, nesta proposta fala-se da Mutela e do Parque Tecnológico da Mutela. Srs. Deputados Municipal talvez alguns de vocês, enfim quando tudo isto aconteceu não estivessem ainda muito atentos à política, mas eu gostava de vos dizer que no final dos anos oitenta, no princípio dos anos noventa foi criada a Associação para o Aperfeiçoamento do Processo Produtivo da Indústria Naval, exatamente o Parque Tecnológico da Mutela. Associação para o Aperfeiçoamento do Processo Produtivo da Indústria Naval, Parque Tecnológico da Mutela. Passado pouco tempo sobre a criação desta Associação e de o Ministro da Economia, O Ministro Mira Amaral ter disponibilizado mais de cinco milhões de euros, na altura um milhão de contos para este chamado Parque Tecnológico da Mutela, foi anunciado o encerramento da Lisnave.

Portanto, aquilo que foi chamado de Parque Tecnológico para o Aperfeiçoamento do Processo Produtivo, foi uma fraude, uma tremenda fraude. A Lisnave encerrou, o aperfeiçoamento do processo produtivo foi para as calendas gregas. Não houve nenhuma rentabilização tendo em conta os objetivos do parque, dos fundos ali investidos e o que nós passamos a ter foi um espaço de aluguer de escritórios, e é bom que exista, é bom que lá estejam empresas, porque obviamente que se não serviu para os objetivos para que foi criado e também teve isenção de taxas de utilização da Câmara. E os primeiros associados e fundadores deste parque tecnológico da Mutela, foi por exemplo a Câmara Municipal de Almada, foi a Lisnave, foram os estaleiros navais de Viana do castelo, foi a Faculdade de Ciências e Tecnologia, foi



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

a AERSET - Associação Empresarial da Região de Setúbal, foi Solisnor estaleiros navais, foi a TDC - Tecnologias de Comunicações, foi UNINOVA - Instituto de Desenvolvimento de Novas Tecnologias, mas também foi o Grupo Melo, Banco Melo, e outros.

E portanto, meus amigos, eu não resisti a fazer esta intervenção, porque de facto quando nós fazemos apreciações sobre o nosso Concelho e nos interrogamos sobre o que tem falhado, eu diria o que falhou foi a política seguida a partir de determinado momento no nosso País. O que falhou foi naturalmente não se ter desenvolvido do ponto de vista económico aquilo que era verdadeira força transformadora do País, da produção, das indústrias, foi aí que o grande falhanço do nosso País aconteceu. O tempo passou, hoje há lágrimas sobre o leite derramado, não se resolve nada, é preciso enfrentar os problemas, mas é preciso conhecer e lembrar os responsáveis pela tremenda situação a que nós chegámos.

O Município de Almada esteve sempre desde a primeira hora em todos os projetos que apostaram no desenvolvimento do nosso Concelho. Falo aqui do Parque Tecnológico da Mutela, com todos estes parceiros e ainda com a Comissão de Trabalhadores da Lisnave a funcionar. Mas poderia falar do Madan Parque, e poderia falar de outros projetos que o nosso Município tem vindo a desenvolver e tem em mãos para naturalmente atenuar, porque não é com políticas locais que a questão do desenvolvimento económico no que diz respeito às indústrias transformadoras, no que diz respeito às indústrias produtivas, etc., acontece. É importante dar a sua quota-parte, mas é fundamental que existam políticas nacionais que viabilizem esse desenvolvimento económico de que o País precisa e que nunca deveria ter abandonado. Fica aqui o meu testemunho para memória futura, mas também para ajudar quem há menos tempo começou na vida autárquica.”

7.4.13 - O Senhor Deputado Municipal Sérgio Taipas (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Só para justificar o sentido de voto da CDU, e portanto serei muito breve.

Nós vamos votar favoravelmente as Moções apresentadas com exceção da do PSD.

Realmente aos cuidados continuados Moção do PS, salientamos sobretudo o facto de saudarmos a intervenção dos cidadãos em parceria com as autarquias e com aqueles que têm responsabilidade, a participação dos cidadãos naquilo que lhes dizem respeito. A Liga e a Cooperativa. E entendemos que a Moção está bem dimensionada, porque termina responsabilizando o Serviço Nacional de Saúde que tem que ser reforçado e não destruído a garantir a continuidade.

Em relação ao autocarro 753, ficamos felizes que alguém do PS tenha viajado neste autocarro para nos trazer aqui esta proposta. É uma gota de água num oceano, e o que se passa nos transportes é que passaram de serviço público a negócio. O PS tem responsabilidades gravíssimas nisto. O Metro Sul do Tejo continua arredado do Passe Social, a política do PS tem destruído os transportes públicos, mas evidentemente ficamos felizes, evidentemente não é só nesta carreira que se passam estas coisas inacreditáveis e inaceitáveis. Votaremos a favor porque a Moção é correta em si.

Relativamente ao Banco Alimentar Contra a Fome, gostaríamos de distinguir com muita clareza porque é necessário distinguir com muita clareza duas coisas; e desde já referindo a Moção do CDS que tem um conjunto de considerandos que não partilhamos mas tem uma conclusão que iremos votar favoravelmente. Porque a Moção do CDS saúda o Banco Alimentar, os voluntários e os milhões de portugueses que estão envolvidos nestas tarefas. Nós queremos deixar muito claro que não confundimos a Dr.^a Isabel Jonet e o que ela representa e o que ela tem dito e reafirmado, que consideramos que é a caridade profissional no pior sentido, que se equipara ao que de pior teve o movimento nacional feminino no tempo do fascismo e que precisa de uma sociedade de ricos para que os ricos bonzinhos



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

deem as esmolas das suas sobras, as migalhas das suas sobras aos pobres que tem que continuar precisamente para que esses ricos continuem. Nós estamos contra isto, e assim como estamos contra isto, entendemos que a solução dos problemas de Portugal são obviamente garantir a dignidade do emprego às pessoas e modificar todas as políticas deste Governo, mas entretanto reconhecemos que o trabalho voluntário desta instituição, os muitos voluntários e o contributo óbvio dos Portugueses como solidariedade essa sim verdadeira para os muitos de nós que neste momento sofrem muito, é uma exceção que nem devia ser necessária nem devia existir, mas enquanto existe tem que ter uma resposta imediata, até para que nos ajudemos uns aos outros a sobreviver e a acabar com esta política miserável o mais depressa possível.”

7.4.14 - O Senhor Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Ouvimos aqui algo que já não é novidade, que tem raízes ideológicas, que se compreendem. É bom que tenhamos presente que de facto há uma esquerda que tem problemas com a iniciativa das pessoas, tem problemas com a iniciativa da sociedade civil, que tem problemas quando as comunidades se mobilizam, porque tem uma visão de um Estado paternalista, de um Estado que assegura a gestão da vida dos seus cidadãos, e que muitas vezes e assim o provou a história é sinónimo de um Estado totalitário. E nem por isso menos miserável nas condições de vida dos seus povos. A história está aí, em particular a história do século XX mostra-o com uma clareza que não vale a pena hoje aqui discutir.

Depois também é muito bom falar em abstrato de direitos de pessoas e atacar aqueles que consagram uma parte significativa da sua vida a apoiar as pessoas que necessitam e porque necessitam.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Eu também Srs. Deputados, gostava de ver um País com melhores condições de vida para os seus cidadãos. Eu não partilho a ideia de que os portugueses assim dito genericamente vivem acima das suas possibilidades, não estou de acordo, de facto. Agora, a verdade é que a realidade portuguesa e de forma agravada mostra que há muita gente a necessitar, e aquilo que os Srs. propõem é que não se faça nada e que se deixe a pessoas morrer à fome, para não fazer aquilo que chamam a caridadezinha.

No meio disso houve mentiras insultuosas em relação àquilo que é o trabalho do Banco Alimentar, não vale a pena, os milhões de portugueses que colaboram percebem o mérito desta iniciativa, mas não queria deixar de lhe dizer Sr. Deputado Luís Filipe que eu de facto gosto mais da caridade do que da solidariedade. E explico-lhe: a palavra caridade vem de caritas e caritas é amor, e amor pelo próximo, e amor pelos outros independentemente daquilo que eles são daquilo que eles fazem, daquilo que eles representam é o melhor que o ser humano tem para dar aos outros.”

7.4.15 - O Senhor Deputado Municipal Luís Varela Pais (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Não podia deixar de dar uma nota sobre os comentários que foram aqui feitos à Moção do PSD, e quem ouvisse o Sr. Deputado João Geraldês havia de pensar que o PSD acordou numa manhã e que se lembrou que devia fazer uma Moção sobre o empreendedorismo e sobre o investimento. Quem ouvisse o Sr. Deputado João Geraldês havia de pensar que o PSD nunca abordou esta temática ao longo destes muitos anos, muitos orçamentos, muitos planos, muitas discussões. Quem acordasse hoje de manhã havia de pensar que o Sr. Deputado João Geraldês tinha-se lembrado que o PSD mais uma vez nas suas palavras tinha andado aqui a dizer meias verdades.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Quem ouvisse o Sr. João Geraldês hoje pela primeira vez havia de pensar e perguntar-se quais eram as meias verdades. Eram os considerandos sobre o facto de Almada ter infraestruturas modernas e comunicações? Era a meia verdade sobre a comunidade educativa rica e diversificada? Era a meia verdade sobre as vantagens competitivas do território de Almada? Era a meia verdade sobre o facto de termos considerado e reconhecido a consolidação da vertente cultural e a educação. Agora, nós temos que ver as coisas todas do princípio ao fim e também com verdade e não dizer meias verdades, porque essas sim são as meias verdades. E as meias verdades que devem ser ditas e que devem ser também plasmadas, são Moções a apoiar o Finicia como se fosse um programa que de repente tivesse surgido em Portugal e que Almada fosse pioneira no meio de todos os Concelhos portugueses a adotar este programa. A meia verdade que devia ser dita também, é que o Finicia já foi adotado por noventa e oito Municípios em Portugal, dos quais vinte e quatro com participações equivalentes aos quinhentos mil euros que a Câmara de Almada tem, desde 2007, e Municípios de certeza com muito menos recursos que o Município de Almada, e posso ler apenas alguns deles, caso acho também que isto é meia verdade, como por exemplo o Cartaxo, Castro Verde, Coruche, Loulé, Vila Real de Santo António, Pinhel, Abrantes, Alcobaça, Caldas da Rainha, Figueira de Castelo Rodrigo tudo com projetos Finicia de quinhentos mil euros.”

7.5 - Não havendo mais pedidos para o uso da palavra foi encerrado o debate e após verificação do quórum passou-se á votação dos documentos apresentados.

7.5.1 - A Moção/Deliberação sobre Apoio Empreendedorismo, apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Luís Varela Pais, foi rejeitada por maioria com vinte e dois votos contra (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Sobreda), dezanove votos a favor (de eleitos do PS, inclusive os Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica e da Trafaria, do PSD, inclusive a representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e do CDS-PP) e duas abstenções (de eleitos do BE).

7.5.2 - A Moção/Deliberação sobre Unidades de Cuidados Continuados, apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Vitor Castanheira, foi aprovada por unanimidade.

7.5.3 - A Moção/Deliberação sobre A Miséria e o Orçamento do Estado de 2013, apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Pereira, foi aprovada por maioria com vinte e cinco votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do BE e do Presidente da Junta de Freguesia da Charneca de Caparica - PS), oito votos contra (de eleitos do PSD, inclusive a representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e do CDS-PP) e dez abstenções (de eleitos do PS, inclusive a Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria).

7.5.3.1 - Usou da palavra para uma declaração de voto o Senhor Deputado Municipal Fernando Pena.

7.5.3.1.1 - O Senhor Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Uma declaração de voto individual. Eu votei contra esta Moção do Bloco de Esquerda, subscrevendo quase na integra as duas primeiras páginas, mas não posso concordar com a parte deliberativa.”

7.5.4 - A Moção/Deliberação sobre 16ª Mostra de Teatro de Almada e 40º Aniversário do GITT, apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Sérgio Taipas, foi aprovada por unanimidade.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

7.5.5 - A Moção/Deliberação sobre Fundo de Apoio a Micro, Pequenas e Médias Empresas de Almada - Fundo Finicia Almada, apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Sérgio Taipas, foi aprovada por maioria com trinta e três votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PSD, do CDS-PP, do BE e do Presidente da Junta de Freguesia da Charneca de Caparica - PS), nove votos contra (de eleitos do PS) e uma abstenção (de eleito do PS - Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria).

7.5.6 - A Moção/deliberação sobre Abertura do Museu de Música Filarmónica em Almada, apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Sérgio Taipas, foi aprovada por unanimidade.

7.5.7 - A Moção/Deliberação sobre Prémio Curta Metragem CINANIMA 2012, apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Sérgio Taipas, foi aprovada por maioria com quarenta e um votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS, inclusive os Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica e da Trafaria, do PSD, inclusive a representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e do BE) e dois votos contra (de eleitos do CDS-PP).

7.5.8 - A Moção/Deliberação sobre a Carreira 753 da Carris, apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Nuno Pinheiro, foi aprovada por maioria com quarenta e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS, inclusive os Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica e da Trafaria, do PSD, inclusive a representante do Presidente da Junta de Freguesia da



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Costa da Caparica, do BE e do CDS-PP) e uma abstenção de eleito do PSD - António Salgueiro).

7.5.9 - A Moção/Deliberação sobre a atribuição do Prémio Máxima de Literatura a Magda Pinheiro, apresentada pela Senhora Deputada Municipal Ana Salvado, foi aprovado por unanimidade.

7.5.10 - A Moção/Deliberação sobre Mega Agrupamentos de Escolas, apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Sérgio Taipas, foi aprovada por maioria com trinta e cinco votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS, inclusive os Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica e da Trafaria, e do BE), sete votos contra (de eleitos do PSD e do CDS-PP) e uma abstenção (de eleita do PSD a representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica).

7.5.10.1 - Usou da palavra para uma declaração de voto o Senhor Deputado Municipal José Joaquim Leitão.

7.5.10.1.1 - O Senhor Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Solicitei a palavra para uma declaração de voto em nome da bancada do Partido Socialista.

A Rede Escolar, embora assuma um carácter essencialmente instrumental, é um fator crítico na implementação da política educativa.

Exige-se de todos os responsáveis, aos vários níveis, nacional, regional, concelhio, local, um trabalho sistemático de reforço da qualidade, eficácia e eficiência da rede escolar na prossecução da política educativa.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Não devem, no entanto, permanecer dúvidas sobre a bondade e o sentido das mudanças que se pretendam implementar.

Ora, o processo de reorganização da rede que está em curso já demonstrou que não visa o reforço da qualidade nem do carácter público, nem tão pouco tem como objetivo o reforço da eficácia, tais são os recuos e os cortes no que respeita aos apoios pedagógicos e aos recursos afetos à educação.

Também não revela preocupação genuína no que à eficiência diz respeito, porque o que pretende não é um melhor aproveitamento dos recursos mas o seu corte cego e indiscriminado.

Neste contexto, o Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista não pode deixar de se associar à rejeição da estratégia desastrada e desastrosa que vem sendo seguida pela administração educativa.”

7.5.11 - O Voto de Louvor ao Banco Alimentar Contra a Fome, apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco, foi aprovado por maioria com quarenta e um votos (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS, inclusive os Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica e da Trafaria, do PSD, inclusive a representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e do CDS-PP) e duas abstenções (de eleitos do BE).

7.6 - Usaram da palavra para declarações políticas os Senhores Deputados Municipais Ana Margarida Lourenço e José Joaquim Leitão que determinou intervenção da Sr.^a Presidente da Câmara.

7.6.1 - A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

É sabido por todos o aumento dos custos de eletricidade para o consumidor, seja por via do aumento das tarifas, seja por via do brutal aumento da taxa de IVA decidida pelo Governo.

É igualmente sabido que as populações do Concelho de Almada, de uma forma quase transversal a todas as freguesias, têm apresentado diversas queixas sobre a deficiente iluminação pública em diversos pontos do Concelho, e que se agravou muito ao longo de 2012, designadamente durante os meses em que vigora o horário de inverno.

A Câmara Municipal de Almada, através dos seus eleitos com funções atribuídas, tem sistematicamente invocado o investimento nos chamados “relógios astronómicos” que garantem um maior acerto na hora em que se ligam e desligam as luzes.

Em artigo publicado em 23 de junho de 2012 pelo suplemento do Diário de Notícias “Dinheiro Vivo” refere-se o seguinte:

“De acordo com fonte da EDP Distribuição, quase todos os dias, a empresa recebe contatos de câmaras que procuram soluções para reduzir a fatura e muitas pedem para desligar as luzes «que não fazem falta». Almada, Sesimbra e Palmela são um exemplo disso - juntas, desligaram 4.500 luzes”.

Em requerimento dirigido à Câmara Municipal de Almada pelos eleitos do Partido Socialista, o executivo municipal não negou esta informação, mas recusou-se a indicar quais os pontos em que foi pedido à EDP para apagar as luzes *“que não fazem falta”*.

A verdade, porém, é que os cidadãos sentiram de forma muito presente a insegurança e a degradação do espaço público que decorreu da diminuição drástica da iluminação pública em todas as freguesias do Concelho de Almada.

Foi neste contexto que o Partido Socialista de Almada promoveu uma petição pública, visando expressar a vontade dos cidadãos de Almada em terem repostos os níveis de iluminação



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

pública no Concelho, por forma a garantir mais segurança e maior qualificação do espaço público.

Esta petição, designada “Por mais iluminação pública em Almada”, teve uma fortíssima adesão da população do concelho de Almada, em todas as suas freguesias, provando que este é tema de grande preocupação em todo o território do Concelho.

A população almadense demonstrou ter a força necessária para alterar as opções políticas tomadas pelo poder local, contrariando todos aqueles que identificam um afastamento da população ao seu território e ao interesse pela política nacional e local.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária em 18 de dezembro de 2012, saúda a população de Almada pela sua iniciativa popular e grande adesão à petição “Por mais iluminação pública em Almada”, demonstrando, desta forma, uma forte intervenção na política ativa do município, de forma consciente, responsável e independente, provando que a força da sua ação cívica gera resultados na ação do poder local.

Estamos certos que esta mesma saudação terá a aprovação desta Assembleia na Primeira Sessão Ordinária de 2013, momento em que será entregue à Câmara Municipal de Almada e à Assembleia Municipal de Almada a lista de subscritores da Petição suprarreferida.”

7.6.2 - A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu gostava de deixar aqui algumas notas sobre a intervenção do Partido Socialista, relativamente à substância, porque o Partido Socialista quando lançou um conjunto de painéis propagandísticos em todo o Concelho, relativamente à iluminação pública já sabia das decisões que a Câmara Municipal de Almada tinha tomado. Aliás, a Câmara Municipal tinha dito que iria avaliar o resultado da introdução dos relógios astronómicos, mas não só, também o resultado da introdução da telegestão em Pts a título experimental. E dos diálogos com a



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

EDP a partir da Área Metropolitana de Lisboa, houve compromissos que a EDP assumiu com as autarquias todas da AML, e a Câmara Municipal não deixou de considerar os resultados da introdução dos projetos-piloto de telegestão nos Pts, a par da leitura que fez dos resultados dos relógios astronómicos e também dos compromissos da EDP e tomou no primeiro semestre deste ano as devidas decisões e anunciou. Anunciou que as decisões que tinha tomado, mas também aquilo que eram as expectativas face aos compromissos da EDP, e também anunciou que já tinha comunicado à EDP as decisões tomadas, solicitando à EDP que retomasse os horários. Isto no primeiro semestre de 2012. Fiquei muito surpreendida com a cimenteira de painéis a propósito desta matéria que encontrei por todo o Concelho e que ainda hoje estão semeados por todo o nosso Concelho. De facto penso que veio tarde, acordou tarde e está a querer capitalizar aquilo que foi o resultado sério do trabalho da CDU que respeitou as populações e que todo o trabalho no sentido de desligar alguns candeeiros, foi feito. Alguns candeeiros e poucos candeeiros, foi feito com as onze Juntas de Freguesia do nosso Concelho, tendo merecido a concordância de todos os colegas de Freguesia ao nível local. Portanto, vieram tarde, mas de facto estão a querer capitalizar aquilo que foi um trabalho sério feito pela CDU.”

7.6.3 - O Senhor Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu penso que depois desta intervenção da Sr.^a Presidente há necessidade de repor a verdade sobre esta situação. E a verdade Srs. Deputados é a seguinte, o Partido Socialista levantou repetidamente em sucessivas Assembleias Municipais esta questão do apagão a que a maioria CDU sujeitou a população de Almada. E fê-lo com coerência, de forma continuada e com o vigor que o tema merecia. Porque Srs. Deputados, se a política é nobre, se a política se afirma de forma correta é quando interpreta os interesses das populações e



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

quando dá a devida resposta às suas preocupações. E foi o que o PS fez, e fê-lo de forma repetida em sucessivas Assembleias Municipais, chamando atenção para que não havia o direito de sujeitar a população de Almada a este incómodo, a esta falta de segurança continuada, que uma posição completamente autista da maioria da Câmara sujeitou o Concelho. E as respostas que tivemos sempre, e essas respostas podem ser confirmadas nas atas da Assembleia Municipal, foi de que a Sr.^a Presidente da Câmara e os Srs. Vereadores da CDU sabiam muito bem o que faziam. E que as soluções adotadas eram as melhores das soluções e não havia correção nenhuma a fazer-se. E foi neste contexto de absoluto autismo por parte da maioria CDU que o PS lançou e em muito boa hora esta iniciativa que teve uma grande adesão popular, porque exatamente o PS soube interpretar qual era a preocupação da população e soube dar resposta. E se o nosso trabalho político de articulação com a população produziu resultados rápidos, congratulamo-nos com isso. Mas não nos arrependemos absolutamente nada da atuação que fizemos, porque apesar da Sr.^a Presidente dizer o contrário, a verdade absoluta é a de que a reposição da situação anterior deve-se à iniciativa, à firmeza e à vontade também demonstrada pelo Partido Socialista em Almada.”

7.6.4 - Deu-se por concluído o Período de Antes da Ordem do Dia.

7.7 - Entrou-se no Período da Ordem do Dia e no ponto 3.1 da agenda com a apreciação e votação da Proposta Nº 74/X-4º, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 10/12/2012, sobre a “Adequação das Estruturas Orgânicas dos Serviços Municipais e Serviços Municipalizados em conformidade com a Lei nº 49/2012” (**Conforme Anexo XXXIV**).

7.7.1 - Usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara para apresentar a referida Proposta.

7.7.1.1 - A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Então temos uma Proposta para apreciação da Assembleia Municipal, gostava de deixar algumas notas. Em primeiro lugar dizer que esta nossa Assembleia Municipal teve ocasião de em Outubro de 2010, portanto, há pouco mais de dois anos, de tomar decisões em aplicação do Decreto-Lei 305/ 2009, aprovando a macroestrutura da Câmara e dos Serviços Municipalizados.

Passados dois anos e pouco, somos agora obrigados pela Lei 49/2012, uma Lei que tem carácter imperativo a proceder à adequação das estruturas orgânicas, no caso das autarquias, às regras e critérios previstos na chamada Lei 49/2012, já apelidada de Lei dos Dirigentes. Trata-se de uma Lei que pondo em causa a autonomia do Poder Local Democrático e prevendo normas que se mostram inconstitucionais ou que se asseguram inconstitucionais, foi objeto de pronuncia por parte da ANMP no sentido da sua revogação. Foi no Congresso da Associação Nacional de Municípios e voltou a sê-lo aquando da aprovação de uma decisão do Conselho Geral, relativamente ao Orçamento de Estado para 2013. Mas esta Lei tem que ser aplicada sob pena dos Municípios incorrerem em situação de irregularidade e não só, de incorrerem na assunção de responsabilidades a vários níveis, desde responsabilidade financeira, a responsabilidade também do ponto de vista do exercício dos seus mandatos. Com a aplicação desta Lei no nosso Município, verifica-se a redução de cinquenta por cento dos atuais lugares de cargos de dirigentes. Portanto, são sessenta e oito lugares que terão que ser considerados, que terão que ser diminuídos. Por outro lado, também é importante referir que esta mesma Lei que exceciona, de um conjunto de critérios dos serviços intermunicipalizados, não trata da mesma maneira os serviços municipalizados. Esta Lei naturalmente que as consequências da sua aplicação em última instância, vai refletir-se quando em plena execução e quando as suas consequências estiverem com os resultados em toda a sua plenitude, vai-se concretizar num prejuízo muito sério para as populações. Porque



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

se trata de gerir diariamente as atividades destinadas às populações, é isso que está em causa, e é isso que com a aplicação desta Lei vai ser prejudicado. Nesta Lei há um conjunto de aspetos que naturalmente não deixamos de considerar, como é por exemplo a possibilidade de suspensão dos efeitos das correspondentes alterações decorrentes da adequação orgânica conforme se refere também na proposta, até ao termo das comissões de serviço atualmente em vigor. Também da possibilidade de haver mais uma renovação por um novo período de um conjunto muito limitado de comissões de serviço, e também da consideração prevista na própria Lei de se poder considerar a utilização de uma percentagem de vinte por cento de aumento do número de cargos de dirigentes a que se tenha chegado por força da aplicação da Lei.

É de facto uma Lei muito má, é uma Lei que põe em causa a autonomia do Poder Local, portanto a nossa Lei Orgânica das Autarquias Locais que os Municípios naturalmente têm competência para definir e aprovar está posta, mas perante aquilo que é um imperativo, aquilo que é uma imposição legal, não resta outra alternativa que não seja, que não fosse, não restou outra alternativa que não fosse analisar a Lei, analisar a nossa realidade concreta, e a apresentar uma proposta que temporariamente não perturba o funcionamento dos serviços, mas se a Lei não for revogada a partir do segundo semestre de 2014, passamos a ter uma situação muitíssimo insustentável na gestão do quotidiano do nosso Município, com prejuízos seríssimos para a nossa população. Portanto, a proposta que trazemos tem a ver com as competências da Assembleia Municipal, a Assembleia Municipal tem competência para aprovar o modelo de estrutura orgânica e também para definir as unidades, o número de unidades flexíveis, aprovar a estrutura nuclear e as unidades orgânicas nucleares, e também para definir o número máximo de subunidades orgânicas, e por outro lado também ainda em relação aos dirigentes aprovar ou não, que seja abonada a verba para despesas de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

representação da mesma forma que se passa com a Administração Central. Portanto, feito o trabalho de casa a proposta que nós trazemos tem a ver com, por um lado a Câmara, por outro lado os Serviços Municipalizados. No que diz respeito à Câmara propõe-se que se mantenha porque é isso que temos hoje, a estrutura orgânica dos Serviços Municipais de Almada, portanto optando pela estrutura orgânica hierarquizada, que seja aprovada a estrutura nuclear dos Serviços Municipais e portanto apresenta-se em anexo o respetivo regulamento e o anexo 1. Que sejam aprovadas quatro direções municipais, aquelas que já hoje temos na Câmara, nos Serviços Municipalizados temos depois uma outra, mas na Câmara quatro. Sete Departamentos enunciam-se quais os Departamentos. Que seja definido o número de vinte e quatro unidades orgânicas flexíveis, as designadas Divisões, sendo uma do Serviço Municipal de Proteção Civil excecionada de acordo com a própria Lei, e que seja aprovado o regulamento da organização dos serviços incluindo o respetivo anexo 1. Também em relação aos Serviços Municipalizados também se propõe manter a opção pela estrutura orgânica mista, que seja aprovada a estrutura nuclear dos Serviços Municipalizados também como se indica, que seja criado então um Diretor Delegado equiparado a Diretor Municipal, aliás já está na atual estrutura orgânica. Quatro Departamentos conforme também se indica e que seja definido o número máximo de onze unidades orgânicas flexíveis, portanto nove Divisões e duas equipas multidisciplinares equiparadas a Divisões.

E que seja aprovado o regulamento da organização dos Serviços Municipalizados com o respetivo anexo 1.

Do ponto de vista geral do Município, também se propõe que seja definido o número máximo de seis subunidades orgânicas de terceiro e quarto grau, dizer que os Serviços Municipalizados deixaram de poder ter dirigentes de terceiro e quarto grau, quando os que



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

estão em funções terminarem deixam de existir nos SMAS dirigentes de terceiro e quarto grau.

Determinar nos termos da Lei que as estruturas orgânicas dos Serviços Municipais e dos Serviços Municipalizados de Almada, aprovadas por deliberação da Assembleia Municipal realizada em 11 de outubro de 2010, se mantem em vigor paralelamente às novas estruturas orgânicas que agora se propõe, esgotando-se as que estão agora em vigor, em função do termo das Comissões de Serviço, dos dirigentes atualmente em funções e das renovações em número de treze, portanto cinco dirigentes intermédios de primeiro grau, oito dirigentes intermédios de segundo grau, a efetuar ao abrigo dos números três e quatro, do artigo 25º, da Lei 49/2012. E que seja então aprovado tal como está estabelecido para a Administração Central que existam despesas de representação num mesmo montante para os dirigentes do nosso Município.

Por último, deixamos uma nota de que seja sugerido aos futuros órgão autárquicos, Câmara Municipal e Assembleia Municipal que promovam em 2014 a reavaliação de todo o processo decorrente da aplicação da Lei 49/2012, no sentido da conformação da estrutura orgânica dos Serviços Municipais e Municipalizados, face às necessidades e possibilidades legais que entretanto se venham a alcançar.

Esta questão da Lei 49, como disse mereceu a decisão que referi no Congresso e depois no Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios. Também as Juntas Metropolitanas de Lisboa e do Porto fizeram há relativamente pouco tempo uma cimeira onde também tomaram uma posição de considerar desadequada esta Lei e dela não fazer sentido para a generalidade dos Municípios, e a nossa Junta Metropolitana também tomou a decisão de avançar com uma iniciativa no sentido de suscitar inconstitucionalidade desta Lei 49.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Portanto, ela viola a autonomia do Poder Local, coloca questões no que diz respeito ao princípio da proporcionalidade e da equidade. E portanto, de facto não é uma matéria que esteja arrumada, veremos qual é o resultado final relativamente a esta Lei, mas ela está em vigor, tem que ser levada à prática até ao fim do ano e não restava outra alternativa à Câmara que não fosse, com base no estudo profundo que fez da nossa realidade e das diferentes possibilidades, a Lei está armadilhada, é uma Lei muito injusta e de facto não foi feita no sentido de viabilizar serviços de qualidade na Administração Pública Local. A ideia que temos é que é uma Lei que vai no sentido de estrangular o funcionamento das autarquias locais, com graves prejuízos para as populações. Porque em última instância o que esta Lei pode provocar se não for alterada e se não permitir retomar aquilo que são as necessidades dos Municípios e a sua condição de avaliar e decidir conforme está estabelecido na Lei, do ponto de vista da sua autonomia e das necessidades concretas que cada Município tem e da realidade que possui, não tenho dúvidas em afirmar que muitas portas se vão fechar por esse País fora, porque os Municípios e muitos serviços vão ficar altamente debilitados, mau serviço às populações, com a permanência desta Lei que está em vigor e que naturalmente não nos conformamos com ela, mas não temos outra alternativa que não seja trazer a melhor proposta à Assembleia Municipal, órgão competente para a decisão com esta nota veemente. É que a partir do segundo semestre de 2014, se nada for feito, a desgraça acontece mesmo.”

7.7.2 - No debate usaram da palavra os Senhores Deputados Municipal Miguel Salvado, Hernâni Magalhães, Luís Filipe Pereira e Ana Salvado.

7.7.2.1 - O Senhor Deputado Municipal Miguel Salvado (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A Lei nº 49/2012, que entrou em vigor no dia seguinte ao da sua publicação, determina que os municípios devem aprovar, até 31 de dezembro de 2012, a adequação das suas estruturas orgânicas às regras e critérios nela previstos.

A sensação com que se fica é de que a Câmara Municipal de Almada se preocupou, essencialmente, em contestar o conteúdo da lei, invocar a sua inconstitucionalidade, acreditar no sucesso de providências cautelares que pudessem atrasar o seu início de vigência e assumir um discurso catastrofista, indo ao ponto de considerar inevitável, face aos constrangimentos legais, externalizar alguns serviços (no que veio depois a recuar).

Só muito tardiamente se desencadeou o processo tendente à sua aplicação, reconhecendo que a lei continuava em vigor e teria de ser cumprida.

Daqui resultou um processo apressado e incompleto, que obrigou a que fossem efetuados alguns acertos óbvios à proposta, em resultado de reparos apresentados, designadamente pelos vereadores do PSD, em reunião de trabalho que teve lugar sobre o assunto.

Esta proposta, nos termos em que está apresentada, tem como objetivo primeiro solucionar a situação funcional dos atuais dirigentes, com a manutenção e renovação, na medida do possível, das respetivas comissões de serviço, mas não está suficientemente fundamentada e justificada, não permitindo aferir sobre a justeza da aplicação das regras e critérios que a lei prevê.

E não cumpre o objetivo de estabelecer uma verdadeira estrutura orgânica completa, exaustiva e global, como resulta claro do estranho nº 6, que tem a ousadia de apontar o caminho aos vindouros, sugerindo aos futuros órgãos autárquicos, Câmara Municipal e Assembleia Municipal, que promovam em 2014 a reavaliação de todo o processo, no sentido da conformação da estrutura orgânica dos serviços, face às necessidades e possibilidades legais que entretanto se venham a alcançar.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Não nos revemos nesta proposta, mas optamos pelo voto de abstenção, porque não queremos que da má condução deste processo por parte da Câmara Municipal, possam advir eventuais perturbações ao regular funcionamento dos serviços.”

7.7.2.2 - O Senhor Deputado Municipal Hernâni Magalhães (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Chamados a discutir e a deliberar sobre a proposta da Câmara Municipal de adequação da estrutura orgânica dos Serviços Municipais e dos Serviços Municipalizados, não posso deixar de tecer algumas considerações prévias.

A Lei nº. 49 de 2012, cujo objectivo enunciado logo no seu início se refere à aplicação às Autarquias Locais do Estatuto do Pessoal Dirigente aprovado pela Lei nº. 64 de 2011, deixaria antever isso mesmo, a transposição para o domínio das Autarquias Locais de tal quadro jurídico. Desengano imediato, pois se o faz, e fá-lo, não deixa de introduzir no seu articulado um rol de disposições que nada têm a ver com tal Estatuto.

Aliás, um aspeto deveras interessante é que os legisladores, fugindo a estabelecer no seu preâmbulo uma qualquer filosofia - nem a Lei 49 de 2012, nem a Lei 64 de 2011 o faz, onde se explanasse qual ou quais os objetivos que pretendiam atingir, o que sobressai é uma aparente vacuidade tecnocrata. E digo “aparente vacuidade tecnocrata” porque não somos ingénuos a ponto de pensar que não existem objetivos ponderados, precisos, direi mesmo programados, a atingir. E na nossa opinião, alicerçada pelo conjunto de legislação que tem saído à luz do dia e que ao Poder Local se refere, o que se pretende é atingir o Poder Local Democrático na sua razão de existir, a resolução dos problemas com que quotidianamente os munícipes se defrontam enquanto tal, o afastamento dos serviços da População, o distanciamento da População face à atividade política.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Direi que se não compreendêssemos isto, poderíamos ser levados a pensar estar perante uma qualquer sandice que umas quaisquer iluminadas alimárias resolvessem parir!

Uma lei que ignora totalmente as diferenças existentes entre os mais de 300 Municípios, com a sua maior ou menos complexidade de serviços prestados direta ou indiretamente aos respetivos munícipes, que obriga Autarquias Locais incluindo Serviços Municipalizados mas deixa de fora empresas municipais, multimunicipais e intermunicipais, vá-se lá saber porquê - eu cá tenho as minhas desconfianças, que se prendem com os boys e girls e respectivos jobs, que faz tábua rasa das experiências acumuladas localmente!

Para além de, na nossa opinião e já agora da Associação Nacional de Municípios Portugueses, tal legislação ser frontalmente inconstitucional, pois ignora totalmente a Autonomia do Poder Local na forma como deve organizar a resposta, face às competências próprias e às descentralizadas e às necessidades locais. A que acresce o seu carácter antidemocrático pois subjacente ao edifício que assim querem construir nada mais está do que a existência de um Poder Local visto como mera extensão de um Poder Central onnipotente e onnipresente.

Pateticamente argumentam que a culpa é da Troika (de qual, de externa ou da interna?), como se tais senhores alguma coisa soubessem de Portugal e da sua realidade, para além dos números macroeconómicos. O que denuncia a existência de informadores internos, quais bufões de serviço, papel que seria seguramente bem desempenhado pelos famigerados Borges e demais comandita!

Poderíamos pensar que falta lucidez e coragem política aos seus autores e apoiantes para o assumir, mas seria mais uma prova de ingenuidade esperar de tais personagens essa frontalidade e honestidade intelectual. É que Sebastião José de Carvalho e Melo tivemos um,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

o resto foram e são só farsantes a tratarem da sua vidinha! E de passagem, dos seus amigos da finança nacional e internacional!

Descendo à proposta, vem a Câmara Municipal apresentar uma proposta de uma estrutura orgânica assente no quadro legal mas ancorada na visão de que temos forçosamente que minorar as consequências funestas da sua aplicação. É esse o caminho a trilhar, é este o caminho que trilhamos e trilharemos, surjam as alterações que surgirem e que paulatinamente vão destruindo o Poder Local Democrático, a sua proximidade e entrosamento aos munícipes. A nossa obrigação é SERVIR e mesmo nas situações mais adversas temos que nos adaptar para nunca perder de vista esse objectivo de melhorar continuamente a qualidade de vida das populações, estar sempre próximo delas, ao lado delas, ouvindo e esclarecendo. São esses os princípios norteadores que os sucessivos executivos municipais que a população de Almada tem eleito desde 1976 têm perseguido e que estão plasmados na presente proposta. Podem querer ajustar as contas com Abril, com esses 19 meses de profundas transformações, seja por que via seja, sabem que nos terão sempre pela frente!

A uma estrutura nuclear alia-se a flexibilidade necessária a responder em cada momento concreto, subordinando o acessório ao determinante, utilizando ao máximo TODAS as faculdades transitórias do quadro legal, evitando por essa via a rotura na capacidade de resposta. É que aqui não se brinca ao serviço público, não se faz de conta, aqui persegue-se uma missão!

Pelo exposto e certos que uma abordagem mais técnica não se adequa nem ao momento nem ao órgão onde esta proposta se apresenta, anúncio o apoio total da bancada da CDU à proposta em apreciação, certos de que a breve trecho estaremos aqui novamente a discutir a reposição da estrutura orgânica ainda existente, sem que com isto possa significar, porque nunca significará, que em cada momento e após o devido balanço dos pontos fortes e dos



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

pontos fracos da cada estrutura orgânica, se não proponham alterações, correções pontuais ou até mesmo de grande alcance. Será apenas a análise da realidade que o determinará, como sempre deveria acontecer!

Termino dizendo que podem querer ajustar as contas com Abril, com estes 19 meses de profundas e criadoras transformações, seja por que via seja, mas sabem que pela frente nos terão sempre, a nós e a todos os que comungam genuinamente com os ideias de Abril.

Termino a minha intervenção desejando a todos um bom Natal e que o próximo ano mesmo aqueles que apoiam a política governamental seja o melhor possível, porque a mim e dos meus amigos também o será.”

7.7.2.3 - O Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Pereira (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O Bloco de esquerda dirigiu um pedido de informações através do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a fim de podermos preparar a nossa declaração de voto sobre a matéria. Até ao momento nós não recebemos resposta ao nosso pedido e a nossa intervenção hoje vai ser ferida pela falta de informação que não tivemos. Provavelmente algumas das questões que aqui iremos colocar não surgiriam desta forma.

Declaração de voto do Bloco de Esquerda a propósito da aplicação do DL 49/2012 no Município de Almada.

A nossa posição sobre a Proposta da Câmara que coloca à consideração da Assembleia Municipal as novas estruturas orgânicas dos Serviços Municipais (CMA) e dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento (SMAS) em obediência ao teor do Decreto-lei 49/2012 radica nos seguintes pressupostos, dúvidas e objeções:



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

1 - Não concordamos com o conteúdo do Decreto-lei 49/2012. O Bloco votou obviamente contra na Assembleia da República e tem-se oposto a toda a legislação que visa concretizar o autodefinido Documento Verde para a Reforma da Administração Local;

2 - Embora não subscrevendo na íntegra os termos dos considerandos da Proposta, comungamos da oposição política à natureza do DL 49/2012;

3 - Não podemos, porém, deixar de constatar que a atual estrutura orgânica dos serviços municipais e dos serviços municipalizados não está de acordo a poder considerar-se adequada à prossecução das políticas que defendemos para o Município de Almada.

A estrutura orgânica que a CDU construiu nas últimas décadas e consolidou nos dois últimos mandatos, não é, uma estrutura orgânica que o Bloco hoje possa defender sem interrogações, sublinhando enfaticamente todo o respeito que lhe merecem os trabalhadores e dirigentes da CMA e SMAS, que farão certamente parte de uma solução de progresso, a construir por todos;

4 - Não temos desta matéria uma visão contabilística e pretensamente igualitarista. Essa é a visão do Governo, traduzido no DL 49/2012:

Gentes e territórios (administrativamente circunscritas) têm, nas suas diferenças, argumentos de desenvolvimento e progresso, que não podem deixar de estar refletidos nas estruturas do seu Poder Local, sem prejuízo de deverem contribuir para visões integradas de carácter regional, sem as quais, não haverá modelo de desenvolvimento coerente e eficaz (e aí temos já, a este propósito mais uma proposta de lei do governo a exigir combate firme);

5 - Na interpretação que faz do DL 49/2012, em conjugação com a restante legislação aplicável, a Câmara toma uma opção de fundo, que visa manter pelo maior lapso de tempo possível, as estruturas orgânicas em vigor, prevendo que tal prazo ultrapasse outubro de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

2013. Deixando aos futuros órgãos a eleger nessa data, “que promovam, em 2014, a reavaliação de todo o processo...”;

6 - Garantindo este objetivo central, a Câmara faz um exercício discutível de construção de uma nova estrutura orgânica dos serviços, ficando pelo cumprimento das formalidades contabilísticas do DL 49/2012 (ainda assim com opções que não compreendemos), transmitindo a mensagem de que se sente desobrigada de qualquer compromisso, relativamente à aplicação de uma Nova Orgânica dos Serviços da CMA e SMAS, que propõe à aprovação da Assembleia Municipal;

7 - As novas estruturas orgânicas são apresentadas com falta de fundamentação sobre as opções que são assumidas; Apenas alguns exemplos:

- Porquê manter 5 Diretores Municipais com as mesmas exatas áreas de competência que hoje têm, em vez de reforçar o nível dos Diretores de Departamento, assim reforçando a capacidade de direção técnica de Processos/Projetos?

- Porque deixam de ter presença ao nível nuclear áreas tão relevantes como a Sociocultural, a da Educação ou a do Ordenamento do Território (intui-se que no caso das duas primeiras vai ser uma Direção Municipal a coordenar o trabalho de todas as unidades orgânicas flexíveis, que certamente irão garantir o trabalho daqueles relevantíssimos sectores...)?

- Porquê, no âmbito de uma estrutura hierarquizada que preserva 5 Diretores Municipais, manter, como já hoje acontece, a autonomia de 3 Departamentos?

8 - Não encontramos explicação sobre os mecanismos de transição de uma estrutura (a existente) e a estrutura que se propõe à aprovação da Assembleia Municipal.

O Voto de abstenção do BE na CMA teve em conta a urgência da situação, ainda que também aqui tenha de dizer-se que os princípios da lei já constavam do “Documento Verde” e do Projeto de Diploma, conhecido antes do verão (Conselho de Ministros de 03.05.12), tendo



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

o Decreto-lei sido publicado em fim de agosto e tem sobretudo em conta a oposição política do Bloco aos ditames do DL 49/2012, enquanto parte integrante da política do governo de ataque ao Poder Local Democrático.

Por isso também na AM nos iremos abster.”

7.7.2.4 - A Senhora Deputada Municipal Ana Salvado (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A bancada do PS queria tecer umas breves considerações sobre este documento, não sobre o seu conteúdo, mas aquilo que ele invoca e passaria a dizer que independentemente da justiça ou da falta dela, e da justeza ou da falta dela e da forma que o estatuto pessoal dirigente agora aplicado aos Serviços Municipalizados exige, uma coisa é certa, esta Câmara não se pode descuidar nestas obrigações legais para justificar que em algumas áreas o serviço público prestado não seja razoável e o exigível. Atender às necessidades concretas das pessoas, em nada pode ficar prejudicado por normativos deste tipo cada vez mais a ação dos serviços públicos deve ser pautada por resultados e os resultados não são receitas, não são a tão aclamada saúde financeira de uma Câmara.

Os resultados Sr.^a Presidente e Srs. Vereadores são a qualidade de vida das pessoas que neste Concelho residem e neste Concelho trabalham. E os resultados devem pautar-se, não pelo bom funcionamento das estruturas e dos serviços, mas pela satisfação concreta das pessoas que são diariamente servidas por este órgão autárquico.”

7.7.3 - Não havendo mais pedidos de uso da palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação da Proposta Nº 74/X-4º, que foi aprovada por maioria com vinte e dois votos a favor de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda) e dezoito abstenções (de eleitos do PS, inclusive a Presidente da Junta de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Freguesia da Trafaria, do PSD, inclusive a representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE e do CDS-PP), através da seguinte deliberação:

Deliberação

A atual organização dos serviços municipais e municipalizados foi aprovada pela Assembleia Municipal em reunião plenária realizada no dia 11 de outubro de 2010, e publicitada através dos Editais nºs 148 e 149/X-1º/2009-10, foi determinada em cumprimento do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro. Apresentava-se a referida legislação como sendo instrumento tendente a imprimir às autarquias locais maiores índices de eficácia, eficiência e qualidade no desenvolvimento das suas atribuições e da melhoria dos serviços que prestam às populações que servem.

Ainda não estando plenamente consolidadas em muitas autarquias as estruturas orgânicas aprovadas, eis que é publicada uma nova Lei, obrigando os municípios a novas alterações, a novas regras e critérios, até 31 de dezembro de 2012.

Esta Lei com o nº 49/2012, de 29 de agosto, é considerada pelos municípios como um atentado à autonomia do poder local constitucionalmente consagrada, sendo exigida a sua revogação pela Associação Nacional de Municípios Portugueses.

No entanto e tendo presente a proposta da Câmara Municipal e o cumprimento da legalidade a que se está obrigado.

A Assembleia Municipal de Almada nos termos e para os efeitos do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de setembro, seus artigos 6º, 9º e 19º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, seus artigos 53º e alíneas n) e o), e da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, delibera:

1 - No referente aos Serviços Municipais (CMA):



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

1.1 - Aprovar como modelo tipo de Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais de Almada, o da Estrutura Orgânica Hierarquizada;

1.2 - Aprovar a estrutura nuclear dos Serviços Municipais de Almada, composta pelas seguintes unidades orgânicas nucleares, resultantes da aplicação conjugada dos art^{os} 6^o, 7^o, 8^o, 9^o e 21^o, da Lei n^o 49/2012:

a) Quatro Direções Municipais:

1 - Direção Municipal de Administração Geral (DMAG);

2 - Direção Municipal de Planeamento, Administração do Território e Obras (DMPATO);

3 - Direção Municipal de Mobilidade e Valorização Urbana (DMOVU);

4 - Direção Municipal de Desenvolvimento Social (DMDS).

b) Sete Departamentos:

1 - Serviço de Saúde Ocupacional;

2 - Departamento de Estratégia e Gestão Ambiental Sustentável (DEGAS);

3 - Centro de Arte Contemporânea (CAC);

4 - Departamento de Assuntos Jurídicos (DAJ);

5 - Departamento de Planeamento Estratégico e Desenvolvimento Económico (DPEDE);

6 - Departamento de Obras Municipais (DOM);

7 - Departamento de Salubridade, Espaços Verdes e Transportes (DSEVT).

1.3 - Definir o número máximo de vinte e quatro unidades orgânicas flexíveis, as designadas Divisões, sendo uma correspondente ao Serviço Municipal de Proteção Civil, excecionada conforme a al. a), do n^o 1, do art^o 10^o, da Lei n^o 49/2012;

1.4 - Aprovar o Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, incluindo o respetivo Anexo I, no qual se definem as unidades orgânicas nucleares e as



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

correspondentes competências, documentos anexos à Deliberação Camarária de 10/12/2012 e que da mesma fazem parte integrante para todos os legais efeitos.

2 - No referente aos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento (SMAS)

2.1 - Aprovar como modelo tipo de estrutura Orgânica dos Serviços Municipalizados Águas e Saneamento de Almada, o da Estrutura Orgânica Mista;

2.2 - Aprovar a estrutura nuclear dos Serviços Municipalizados Águas e Saneamento de Almada composta pelas seguintes unidades orgânicas nucleares, resultantes da aplicação conjugada dos art^{os} 6^o, 7^o, 8^o e 21^o, da Lei nº 49/2012:

a) Um Diretor-delegado, equiparado a Diretor Municipal:

b) Quatro Departamentos:

1 - Departamento Administrativo e Financeiro (DF);

2 - Departamento de Tratamento de Águas Residuais (DT);

3 - Departamento de Produção e Controlo da Qualidade da Água (DA);

4 - Departamento de Informática (DI).

2.3 - Definir o número máximo de onze unidades orgânicas flexíveis, (nove Divisões e duas Equipas Multidisciplinares, equiparadas a Divisões);

2.4 - Aprovar o Regulamento de Organização dos Serviços Municipalizados, incluindo o respetivo Anexo I, no qual se definem as unidades orgânicas nucleares e as correspondentes competências, documentos anexos à Deliberação Camarária de 10/12/2012 e que da mesma fazem parte integrante para todos os legais efeitos.

3 - Definir o número máximo de seis subunidades orgânicas de 3^o e/ou 4^o grau;

4 - Determinar, nos termos da Lei, que as estruturas orgânicas dos serviços municipais e dos serviços municipalizados de Almada, aprovadas por deliberação da Assembleia Municipal realizada em 11/10/2010 se mantêm em vigor, paralelamente às novas



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

estruturas orgânicas atrás propostas, esgotando-se em função do termo das comissões de serviço dos dirigentes atualmente em funções e das renovações em número de treze (cinco dirigentes intermédios de 1º grau; oito dirigentes intermédios de 2º grau), a efetuar ao abrigo dos números 3 e 4, do artº 25º, da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto.

5 - Aprovar, ao abrigo do nº 1, do artigo 24º, da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, a todos os titulares de cargos de direção superior de 1º grau e de direção intermédia de 1º e 2º grau, dos serviços municipais e municipalizados de Almada, o abono das “despesas de representação no montante fixado para o pessoal dirigente da administração central, através do despacho conjunto a que se refere o nº 2, do artigo 31º, da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Lei nº 64/2011, de 22 de dezembro, sendo-lhes igualmente aplicáveis as correspondentes atualizações anuais.

6 - Sugerir, aos futuros órgãos autárquicos, Câmara Municipal e Assembleia Municipal, que promovam em 2014, a reavaliação de todo o processo decorrente da aplicação da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, no sentido da conformação da estrutura orgânica dos serviços municipais e municipalizados, face às necessidades e possibilidades legais que entretanto se venham a alcançar.

8 - Considerando o adiantado da hora decidiu-se interromper os trabalhos para continuar na segunda reunião a realizar dia 20 de dezembro.

9 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssima Senhora Maria Emilia Guerreiro Neto de Sousa e dos Vereadores Excelentíssimos Senhores Rita Magda Pinheiro Pereira, José Manuel Raposo Gonçalves, Jorge Manuel Bonifácio Pedroso de Almeida, António José Sousa Matos, José António Lino Craveiro, Maria Amélia de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Jesus Pardal, Maria Teodolinda Monteiro Silveira, Helena Maria Gomes Oliveira, Rui Jorge Palma de Sousa Martins.

10- Foi verificada a presença na Reunião do Jornalista, Senhor Miguel Ribeiro, Boletim Municipal DIRP - CMA, e de quarenta e cinco Srs. Munícipes.

11 - Foi entretanto requerido a aprovação da Minuta da Ata, que foi aprovada por unanimidade.

12 - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 00H20 do dia 19 de dezembro de 2012.

13 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata, que vai ser assinada pela Mesa.

O

PRESIDENTE _____

—

A 1ª

SECRETÁRIA _____

A 2ª

SECRETÁRIA _____